

Curso de Educação à Distância

Licenciatura em Ciências Sociais

Profissão Docente

Conteúdo Programático - Período 1





**Ministério
da Educação**



Presidente da República Federativa do Brasil

Dilma Rousseff

Ministro da Educação

Aloisio Mercadante

Presidente da Capes

Jorge Almeida Guimaraes



Universidade Federal de Alagoas

Reitor

Eurico de Barros Lobo Filho

Vice-Reitor

Rachel Rocha de Almeida Barros

Coordenador UAB/CIED

Luis Paulo Leopoldo Mercado

Coordenador Adjunto UAB/CIED

Fernando Silvio Cavalcante Pimentel

Coordenação de Projetos e Fomentos/CIED

Mylena Araujo

Coordenadora do Núcleo de Formação/CIED

Lilian Carmen Lima dos Santos

Coordenação de Tutoria/CIED

Rosana Saria de Araujo

Coordenador do Núcleo de Comunicação e Produção de Materiais Didáticos/CIED

Guilmer Brito

Responsável pelos Projetos de Design Gráfico/CIED

Raphael Pereira Fernandes de Araújo

Projeto Gráfico

Luiz Marcos Resende Júnior

Diagramação e Finalização

Pedro Fernandes Mendonça de Oliveira

Profissão Docente

Disciplina 6

Professor:

Emerson Oliveira do Nascimento

Revisão ortográfica:

Prof. Wilson Bomfim

Coordenação de curso:

Luciana Santana

Coordenação de tutoria:

Júlio Cezar Gaudêncio Silva

Supervisão Teórica:

Luciana Santana e João Vicente R. B. C. Lima

Revisão de Conteúdo:

Evaldo Mendes da Silva/ Luciana Santana

D6

INTRODUÇÃO

Seja bem-vind@ à disciplina Profissão Docente, do curso de Licenciatura em Ciências Sociais a Distância, ofertado pelo Sistema Universidade Aberta do Brasil-UAB, em parceria com a Universidade Federal de Alagoas-UFAL.

As atividades que começamos hoje a desenvolver juntos aqui e no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), serão de grande valia para sua formação enquanto futuro professor de Sociologia. Ao longo desta disciplina, vamos refletir sobre a prática pedagógica e a efetivação do processo de democratização do ensino no nosso país. Aproveite a oportunidade para familiarizar-se com as condições que irão reger sua carreira e inserir-se, desde já, no contexto do ambiente organizacional onde irá exercer o magistério: a Educação Básica.

Bons estudos!

APRESENTAÇÃO DO PROFESSOR

Olá, eu sou Emerson Oliveira do Nascimento. Sou historiador por formação, mestre e doutor em Ciência Política e professor do Instituto de Ciências Sociais (ICS) da Universidade Federal de Alagoas desde 2008. Já exerci as funções de coordenador do curso presencial de Licenciatura em Ciências Sociais e de Vice-coordenador de Extensão da Unidade. Atualmente sou professor do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Vice-diretor do ICS.

PLANO DA DISCIPLINA

Curso: Licenciatura em Ciências Sociais

Disciplina: Profissão Docente

Carga horária total: 60h (presencial: 20h / online: 40h)

Professor: Emerson Oliveira do Nascimento

Ementa:

A constituição histórica do trabalho docente. A natureza do trabalho docente. Trabalho docente e relações de gênero. A autonomia do trabalho docente. A proletarianização do trabalho docente. Papel do Estado e a profissão docente. A formação e a ação política do docente no Brasil. A escola como locus do trabalho docente. Profissão docente e legislação.

Conteúdos:

UNIDADE I: A UNIDADE SOCIEDADE-EDUCAÇÃO-INDIVÍDUO

- O “Menino Selvagem” De Aveyron
- Educação E Socialização
- Amala E Kamala: As Meninas-Lobo
- Educação E Humanização

UNIDADE 2: O PAPEL DA EDUCAÇÃO ESCOLAR E O CONHECIMENTO NO MUNDO CONTEMPORÂNEO

- O Ser: Ontologia E Desvelamento
- A Reflexão: Representação E Autonomia
- A Linguagem: Comunicação E Subjetividade

UNIDADE 3: A EDUCAÇÃO E O ESTADO

- Estado E Sociedade
- O Conceito De Estado
- Estado E Educação No Brasil
- Educação E Desenvolvimento
- Desigualdades Sociais E Educação

UNIDADE 4: EDUCAÇÃO E COTIDIANO NO BRASIL

- Educação No Brasil
- A Escola Como Espaço De Inclusão No Cenário De Desigualdades -
- A Vez Da Educação

UNIDADE 5: O ENSINO DA SOCIOLOGIA

- A Sociologia E A Educação
 - Os Primeiros Grandes Sociólogos
 - Auguste Comte
 - Émile Durkheim
 - Karl Marx
 - Max Weber
-
- Teorias Sociais E Educação

Objetivos

Objetivo Geral

Abordar temas que possibilite compreender aspectos sociais, políticos, culturais e econômicos implicados na história da profissão e no exercício da docência.

Objetivos Específicos

1. Identificar aspectos que caracterizam a história da Escola no mundo e no Brasil, bem como os conhecimentos decorrentes de estudos que analisam a categoria gênero como elemento fundamental para a compreensão do trabalho docente.
2. Compreender e aplicar conhecimentos provenientes de estudos sobre fatores sociais, políticos, culturais e econômicos que intervêm na construção das identidades profissionais dos professores, a partir da análise de práticas pedagógicas em vigor em contextos escolares.
3. Reconhecer e analisar as diferentes fontes dos saberes presentes na prática docente, bem como analisar sua tradução na organização do trabalho na escola e na formulação de projetos que visam à qualificação das práticas docentes.
4. Qualificar a capacidade investigativa e reflexiva dos discentes acerca da formação de professores.
5. Conhecer a legislação que rege a prática docente.

Competências e/ou habilidades que o aluno deve desenvolver na disciplina

PESSOAL

Contribuir para a realização de auto-reflexões que possibilitem aos participantes da disciplina se instrumentalizarem para o exercício da profissão docente.

SOCIAL

Possibilitar o conhecimento sobre a formação e a prática docente e refletir sobre o ambiente organizacional da Educação Básica em Alagoas e no Brasil.

PROFISSIONAL

Conhecer o papel do professor na Educação Básica e as características da docência neste contexto de trabalho.

Unidades Conceituais Anteriores que o aluno deve apresentar para desenvolver uma aprendizagem significativa na disciplina

- Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (www.planalto.gov.br). (Acessado em 19 de março de 2013)
- Plano Nacional de Educação (PNE), Lei n.º 10.172/2001 (www.planalto.gov.br). (Acessado em 19 de março de 2013)
- Constituição da República Federativa do Brasil (www.planalto.gov.br). (Acessado em 19 de março de 2013)

Unidades Conceituais que o aluno deve apresentar como resultado de uma aprendizagem significativa ao final desta disciplina

- Formação dos professores e saberes profissionais.
- Fundamentos do ensino: existenciais, sociais e pragmáticos.
- Fontes dos saberes presentes na prática docente: os saberes da formação profissional, os saberes

disciplinares, os saberes curriculares e os saberes experienciais.

- Compreensão da escola como um espaço de constituição mediada pela pluralidade cultural, social e política.
- Intepretação do espaço escolar a partir da teoria social clássica.
- Desenvolvimento da reflexão sobre a interseção entre Sociologia e Educação.

Metodologia

Aulas presenciais: apresentação geral da disciplina. Exposições das atividades e da metodologia de trabalho.

Aulas à distância: estudo dos módulos, atividades propostas e leituras recomendadas.

A disciplina será coordenada de modo dialógico através de sessões coordenadas presencialmente e à distância, buscando contemplar a necessária articulação entre teoria e prática. Nessa direção, visa-se garantir a indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão, oportunizando situações de aprendizagem a partir da análise de ações voltadas à qualificação inicial e continuada de professores.

Nossas sessões possuirão caráter de seminário, tendo como referência textos produzidos para discussão em sala de aula presencial ou virtual. Serão realizadas ainda atividades de pesquisa na internet envolvendo a análise da mediação entre o saber acadêmico, a prática pedagógica e o espaço escolar propriamente dito.

Para concretização dos objetivos propostos nesta disciplina, adotaremos ainda os seguintes procedimentos metodológicos:

a) a participação ativa dos alunos na produção de textos, fichas analíticas, projetos didáticos e trabalhos individuais e em grupo;

b) navegar por sites, acessar links para a leitura de textos pertinentes à área e visualização de vídeos igualmente importantes;

c) leitura de artigos e/ou livros disponibilizados no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) ou na biblioteca do seu pólo e; finalmente,

d) a socialização destas informações por meio da Plataforma Moodle com suas ferramentas de interação e comunicação.

Descrição breve da aplicação prática do conhecimento que será desenvolvido na disciplina na atuação profissional do aluno (entre 70 e 150 palavras)

Foi-se o tempo em que o professor deveria atuar em sala de aula como uma espécie de depositário de conhecimentos, bem como, foi-se também o tempo em que a sala de aula era o espaço para uma troca passiva de conhecimento entre um ator dito apto e outro, menos apto. Modernamente é aceito pela maioria dos educadores que o principal papel do professor, hoje, é auxiliar o desenvolvimento de habilidades, competências, conhecimentos e atitudes por parte dos alunos, pois cabe somente a este a tarefa de aprender. Nesta perspectiva, a função do professor é produzir um conjunto de situações que venham a possibilitar oportunidades para o desencadeamento de atividades (físicas ou mentais) onde os alunos poderão aprender. O aluno é quem deve memorizar, pensar, resolver problemas, aplicar conhecimentos em situações diversas, etc. O papel do professor é despertar o interesse dos alunos durante esse processo, guiando-os, orientando-os, corrigindo-os. Ao longo dessa disciplina, espera-se que você desenvolva a percepção dessa dimensão da sua futura carreira profissional, considerando que a opção pela docência é, acima de tudo, uma opção pela transformação de mentes e atitudes.

Caro alun@

Agradecemos pelo seu interesse em buscar nosso curso. Com certeza essa será uma excelente oportunidade para aprendizado mútuo e melhoria recíproca.

Para o melhor relacionamento possível entre nós, indicamos alguns pontos extremamente importantes

para o nosso convívio. Focalizamos principalmente as responsabilidades que devem atravessar a relação entre alunos e tutores e entre alunos e professor, falo aqui das responsabilidades relacionadas ao cumprimento das atividades estipuladas dentro dos prazos, o uso dos recursos disponíveis na plataforma *Moodle* e o compromisso de assumir um período rotineiro de estudos, tendo em vista que o curso é constituído majoritariamente à distância.

É de sua inteira responsabilidade manter-se atualizado sobre os andamentos semanais da disciplina. Neste sentido, você deverá, necessariamente, adentrar a plataforma *Moodle* todos os dias, através do seu *login* e *senha*, tal como num curso presencial, a fim de verificar a postagem de novas atividades e integrar-se às discussões virtuais que houverem. A criação desta rotina é algo imprescindível para seu sucesso acadêmico evitando possíveis transtornos referentes à entrega de trabalhos, abordagem de conteúdos e postagem de notas.

O professor da disciplina é o responsável direto pela articulação entre a filosofia, a metodologia e as estratégias pedagógicas adotadas ao longo do módulo. Não obstante, ele ainda estará presente na plataforma *Moodle* interagindo com você, além da presença cotidiana dos tutores que são capacitados e treinados para lhe auxiliar no estudo dos conteúdos e no desenvolvimento das competências esperadas para cada Unidade. Sempre que necessário procure o tutor da sua turma, pergunte, tire suas dúvidas, peça auxílio, seja pró-ativo.

É também responsabilidade dos discentes manterem-se informado sobre as datas das avaliações oficiais, falo aqui da primeira e da segunda avaliação e, eventualmente, das provas de reavaliação e final, quando necessárias. Da mesma forma, o aluno deve também manter-se informado sobre o conteúdo a ser avaliado em cada uma destas provas, de modo a evitar situações desagradáveis que possam por em risco, sua aprovação na disciplina, pois, como já fora dito acima: o acesso diário à plataforma deve ser uma atividade rotineira dos discentes e tutores, exceto fins de semana, quando não é vedada a entrada, mas evitar-se-á a postagem de novas atividades.

Cumpridas estas responsabilidades, cremos que o sucesso de nossa travessia é garantido.

Bons estudos!

Orientações antes do início das aulas

Prezad@s alun@s

Estamos iniciando nossa travessia. Estaremos juntos ao longo de todo um módulo, neste momento, trataremos de conteúdos importantes e indispensáveis à sua formação acadêmica e futuro profissional. Ao longo dessa jornada, trocaremos informações, experiências, faremos atividades diversificadas e, principalmente, discutiremos a constituição histórica e social do trabalho docente.

Antes de iniciarmos nossas atividades propriamente ditas, é necessário que você organize sua agenda pessoal. Embora o curso que iniciamos agora seja à distância, isso não quer dizer que você pode relegá-lo a segundo plano. Aproveite e utilize-se da flexibilidade e/ou alternância de horários promovidos pelo curso à seu favor. Sendo assim, garanta um horário livre diariamente para acessar a plataforma Moodle e acompanhar nossas atualizações.

Outra dica importante é estar permanentemente atualizado quanto às datas das nossas atividades e avaliações e dos horários limites de postagem das mesmas. Lembre que o não cumprimento da atividade é de inteira responsabilidade sua. Da mesma forma, evite relegar a conclusão de atividades importantes para os últimos instantes, pois podem acontecer imprevistos na rede virtual ou no ambiente virtual de aprendizagem (AVA) e você poderá ser prejudicado.

Lembre ainda que esse livro-texto é somente um mote para as nossas atividades no AVA e deve funcionar tão somente como um material de aproximação dos conteúdos da disciplina. É imprescindível que você busque outras sugestões bibliográficas que seu professor e tutor fazem aqui e no *Moodle*. Não esqueça que um curso à distância demanda muito de você, sobretudo em termos de compromisso pessoal e cumprimento das atividades que lhe forem sugeridas e/ou demandadas. Seja um aluno pró-ativo: busque, faça, procure. Estamos aqui pra te ajudar.

Vamos começar?

Durante a disciplina

Olá alun@s

Já iniciamos nossa travessia e, antes de chegarmos ao fim, é importante questionarmos? Nosso contrato pedagógico está funcionando? Você está ajustando-se à nossa dinâmica pedagógica? Sim ou não? Se não, por quê? Quais têm sido suas dificuldades? Tem buscado o auxílio imediato do seu tutor de sala? Você tem seguido nossas instruções/dicas iniciais? Tem acessado permanente da plataforma Moodle?

O importante neste momento é avaliarmos um pouco nosso trajeto, de modo a aperfeiçoarmos nossas estratégias de ensino, testarmos a eficiência (ou não) de nosso plano de ensino, ou ainda, a melhor adequação entre o conteúdo disponível no livro-texto e a disciplina confeccionada dentro da plataforma Moodle.

Você tem críticas? Sugestões? Como podemos te ajudar? Sugiro que você faça uso para expor sua opinião do “Diário” disponível na seção inicial da disciplina dentro da plataforma Moodle. Apresente suas avaliações, questione o método ou apresente possibilidades alternativas de abordagem dos conteúdos. Lembre-se que esta é uma atividade construída em conjunto e dialética, logo, sua opinião é muito importante!

Esperamos você lá!

Recomendações relacionadas às condutas cibernéticas que o aluno deve seguir

Caros alun@s

O cyberspaço é um universo relativamente novo que buscamos sempre explorar da melhor maneira possível. Assim como pode ser produtivo, construtivo e dinâmico, seu mau uso pode transformá-lo em uma ferramenta estéril, improdutivo e, até mesmo, viciosa. Não queremos com isso, naturalmente, regular o uso ou padronizar a finalidade com que você utiliza a internet, mas, tão somente repassar algumas “dicas” que podem ser úteis para o bom andamento dos seus estudos. Vejamos:

1. A educação a distância tem como grande elemento facilitador a possibilidade de fazer com que os alun@s moldem seu próprio horário a partir da disponibilidade

pessoal, a escola/universidade está à distância de um simples “clique”. Contudo, tente organizar sua agenda pessoal e garanta, pelo menos, um momento do dia para acessar a plataforma Moodle e ler/ver/interagir no ambiente virtual de aprendizagem (AVA).

2. É importante que você transforme o acesso à plataforma Moodle numa rotina do seu dia. Evite restringir o acesso à plataforma apenas quando estiver de “folga” ou tão somente nas “horas livres”, pois este curso é tão sério quanto qualquer outro curso presencial e não lhe demandará menos compromisso. Manter-se “plugado” nas atualizações e no andamento das discussões é imprescindível.

3. Durante o acesso à plataforma Moodle, evite o acesso simultâneo a sites de relacionamento como Facebook, Orkut, Badoo ou qualquer outro do gênero que possam desvirtuar sua atenção durante a interação. Os chats do tipo Messenger ou Skype também não serão bons companheiros nessa hora. Tente utilizar estes sites antes ou depois do acesso à plataforma, nunca durante. Com certeza será mais produtivo.

4. O uso responsável da plataforma também é muito importante. Tratamos aqui da necessidade de um comportamento íntegro e ético durante nossas interações. Assim como os encontros presenciais devem ser regidos por polidez e civilidade, no cyberspaço estes valores também são necessários. Evite a postagem de imagens inconvenientes em seu avatar e não faça uso de expressões ou opiniões machistas, sexistas, homofóbicas ou racistas na plataforma. Lembre-se que a plataforma é um registro documental da nossa interação e pode servir também para fins de natureza jurídica.

5. É sempre importante ampliarmos a interação didática e pedagógica nos cursos à distância, sendo assim, interajam sempre, procurem pelos tutores e professor. Sejam pró-ativos: explicitem suas dúvidas, tragam novos dados e tentem sempre aplicar/contextualizar os conceitos que iremos tratar no ambiente virtual de aprendizagem (AVA). Lembre-se que a sua participação é imprescindível para mensurarmos o sucesso ou não das nossas estratégias de ensino, bem como do seu desempenho pessoal durante o curso.

Não esqueça: A distância não exclui a necessidade da adoção de parâmetros éticos na mediação didática, pelo contrário, ela intensifica-os.

UNIDADE 1:

Disciplina 6

Sociedade- Educação- Indivíduo



Metas da Aula

O que acontece quando a Educação é insuficiente ou não existe? Para responder essa pergunta, vamos começar nossas incursões contando uma história verídica que se passou na França entre os séculos XVIII e XIX, o fascinante caso do “menino selvagem” de Aveyron.



Para Examinar

CULTURA E HUMANIZAÇÃO

As diferenças entre o homem e o animal não são apenas de grau, pois, enquanto o animal pertence mergulhado na natureza, o homem é capaz de transformá-la, tornando possível a cultura. O mundo resultante da ação humana é um mundo que não podemos chamar de natural, pois se encontra transformado pelo homem.

A palavra cultura também tem vários significados, tais como o de cultura da terra ou cultura de um homem letrado. Em antropologia, cultura significa tudo o que o homem produz ao construir sua existência: as práticas, as teorias, as instituições, os valores materiais e espirituais. Se o contato que o homem tem com o mundo é intermediado pelo símbolo, a cultura é o conjunto de símbolos elaborados por um povo em determinado tempo e lugar. Dada a infinita possibilidade de simbolizar, as culturas dos povos são múltiplas e variadas.

A cultura é, portanto, um processo de autolibertação progressiva do homem, o que o caracteriza como um ser de mutação, um ser 1 de projeto, que se faz à medida que transcende, que ultrapassa a própria experiência.

Quando o filósofo contemporâneo Gusdorf diz que “o homem não é o que é, mas é o que não é”, não está fazendo um jogo de palavras. Ele quer dizer que o homem não se define por um modelo que o antecede, por uma essência que o caracteriza, nem é apenas o que as circunstâncias fizeram dele. Ele se define pelo lançar-se no futuro, antecipando, por meio de um projeto, a sua ação consciente sobre o mundo.

Não há caminho feito, mas a fazer, não há modelo de conduta, mas um processo contínuo de estabelecimento de

valores. Nada mais se apresenta como absolutamente certo e inquestionável.

É evidente que essa condição de certa forma fragiliza o homem, pois ele perde a segurança característica da vida animal, em harmonia com a natureza.

Ao mesmo tempo, o que parece ser sua fragilidade é justamente a característica humana mais perfeita e mais nobre: a capacidade do homem de produzir sua própria história.

ARANHA, Maria Lúcia e MARTINS, Maria Helena. *Filosofando – Introdução à Filosofia*. São Paulo, Editora Moderna, p. 22-23, 1998.



Acesse

Sobre o tema da humanização e da cultura, vale a pena assistir:

The Blue Lagoon (br/pt: A Lagoa Azul) é um filme americano de romance e aventura de 1980, produzido e dirigido por Randal Kleiser. O roteiro de Douglas Day Stewart foi baseado no romance *The Blue Lagoon*, de Henry De Vere Stacpoole. O filme é estrelado por Brooke Shields e Christopher Atkins, a trilha sonora original foi composta por Basil Poledouris e a cinematografia, por Almendros Nestor. O filme conta a história de duas crianças pequenas abandonadas em uma ilha tropical, paradisíaca, no sul do Pacífico. As duas crianças, sozinhas, vivendo sem orientações, nem restrições da sociedade, despertam para a puberdade e se apaixonam. Conferir: pt.wikipedia.org/wiki/A_Lagoa_Azul. (Acessado em 19 de março de 2013)

Modern Times (br/pt: Tempos Modernos) é um filme de 1936 do cineasta britânico Charles Chaplin. O seu famoso personagem, “O Vagabundo” (The Tramp) tenta sobreviver em meio ao mundo moderno e industrializado. O filme é considerado uma forte crítica ao capitalismo, militarismo, liberalismo, conservadorismo, stalinismo, fascismo, nazismo e imperialismo, bem como uma crítica aos maus tratos que os empregados passaram a receber nas fábricas na Europa, entre os séculos XIX e XX, depois da Revolução Industrial. Conferir: pt.wikipedia.org/wiki/Tempos_Modernos.

(Acessado em 19 de março de 2013)

Cast Away (br: Náufrago / pt: O Náufrago) é um filme americano, da 20th Century Fox e DreamWorks, lançado no ano de 2001. Narra a história de um empregado da FedEx (a empresa de correios dos Estados Unidos), que sofre um acidente aéreo e para numa ilha desabitada no meio do Oceano Pacífico Sul. É incomum no cinema em Hollywood que, durante a maior parte do filme, só haja um personagem humano. O filme recebeu duas indicações ao Oscar, nas categorias de Melhor Ator (Tom Hanks) e Melhor Mixagem de Som. Conferir: pt.wikipedia.org/wiki/Cast_Away. (Acessado em 19 de março de 2013)

The Jungle Book. (“Mogli - O Menino Lobo” - no Brasil e “O Livro da Selva” - em Portugal) é um filme norte-americano do gênero animação, produzido pela Walt Disney Pictures em 1967 e baseado no livro de mesmo nome do autor inglês Rudyard Kipling. The Jungle Book é o décimo-nono filme de animação dos estúdios Disney e foi lançado nos cinemas dos EUA em 18 de Outubro de 1967, sendo dirigido por Wolfgang Reitherman. Foi também o último filme produzido por Walt Disney, que faleceu durante a produção do mesmo. Conferir: pt.wikipedia.org/wiki/The_Jungle_Book. (Acessado em 19 de março de 2013)



Identificação de Demanda para Estudos e Pesquisas

Pense e pesquise para responder:

1. O pensador Lucien Malson conclui que “será preciso admitir que os homens não são homens fora do ambiente social”. Explique.
2. Relacione a frase de Lucien Malson com a história do “Menino Selvagem” de Aveyron.
3. Que consequências tem o isolamento social para o indivíduo?



Glossário

Humanização: v.t. Elevar à altura do homem: humanizar uma doutrina.

Tornar mais humano, mais sociável; civilizar. Conferir: www.michaelis.uol.com.br (Acessado em 19 de março de 2013).

Cultura: s.f. Ação, efeito ou maneira de cultivar a terra ou as plantas; cultivo: a cultura das flores.

Terreno cultivado: a extensão das culturas. Categoria de vegetais cultivados: culturas forrageiras.

Arte de utilizar certas produções naturais: a cultura do algodão. Criação de certos animais: a cultura de abelhas. Figurado. Conjunto dos conhecimentos adquiridos; a instrução, o saber: uma sólida cultura. Sociologia. Conjunto das estruturas sociais, religiosas - das manifestações intelectuais, artísticas etc - que caracteriza uma sociedade: a cultura inca; a cultura helenística. Aplicação do espírito a uma coisa: a cultura das ciências. Desenvolvimento das faculdades naturais: a cultura do espírito. Apuro, elegância: a cultura do estilo. Desenvolvimento de certas espécies microbianas: caldo de cultura.

Cultura de massa. “Cultura de massa” ou ‘indústria cultural’, é aquela criada com um objetivo específico: atingir a massa popular, isto é maior de uma população. Seu objetivo é transcender, assim, toda e qualquer distinção de natureza social, étnica, etária, sexual ou psíquica. Todo esse conteúdo é disseminado por meio dos veículos de comunicação de massa, como a televisão, o rádio, as revistas, jornais, internet e outros meios de comunicação.

Cultura física. Desenvolvimento racional do corpo por exercícios apropriados. (Etm. do latim: cultura). Conferir: www.michaelis.uol.com.br (Acessado em 19 de março de 2013).

Linguagem: s.f. Faculdade que têm os homens de comunicarem-se uns com os outros, exprimindo seus pensamentos e sentimentos por meio de vocábulos, que se transcrevem quando necessário. Maneira de falar, relativamente às expressões, ao estilo: linguagem obscura, incorreta. Voz, grito, canto dos animais: linguagem dos

papagaios. Modo de se exprimir por meio de símbolos, formas artísticas etc.: a linguagem do cinema. Linguagem formal, linguagem simbólica que serve de axiomas e leis, bem como de normas especiais, em oposição à linguagem natural. Linguagem natural, o conjunto de sinais que se empregam e interpretam indistintivamente (como a fala, o grito, os olhares, os gestos etc.). Conferir: www.michaelis.uol.com.br (Acessado em 19 de março de 2013).

Conceito: s.m. Idéia que uma pessoa faz de uma classe de objetos, assim como gato, cavalo ou casa, ou de uma classe de idéias como amor, liberdade ou Deus. É uma consciência de suas qualidades que faz de um objeto ou de uma idéia o que são ou parecem ser. Grande número dos estudos filosóficos consiste em tentativas empreendidas pelo homem para definir conceitos. Todos os substantivos são conceitos elaborados pelo homem. Conferir: www.michaelis.uol.com.br (Acessado em 19 de março de 2013).

Educação: s.f. Ação de desenvolver as faculdades psíquicas, intelectuais e morais: a educação da juventude. Resultado dessa ação. Conhecimento e prática dos hábitos sociais; boas maneiras: homem sem educação. Educação nacional, conjunto de órgãos encarregados da organização, da direção e da gestão de todos os graus do ensino público, bem como da fiscalização do ensino particular. Educação física, conjunto dos exercícios corporais que visam a melhorar as qualidades físicas do homem. Conferir: www.michaelis.uol.com.br (Acessado em 19 de março de 2013).

Socialização: s.f. Ato ou efeito de socializar; coletivização dos meios de produção e de intercâmbio comercial. Sociologia Desenvolvimento da consciência social, do espírito de solidariedade e cooperação nos indivíduos de uma comunidade. Psicologia Adaptação de uma criança à vida de grupo (família, escola etc.). Conferir: www.michaelis.uol.com.br (Acessado em 19 de março de 2013).

O “MENINO SELVAGEM” DE AVEYRON

Em 1797, um menino quase inteiramente nu foi visto pela primeira vez perambulando pela floresta de Lacaune, na França. Em 9 de janeiro de 1800, foi registrado seu aparecimento num moinho em Saint-Sernein, distrito de Aveyron. Tinha a cabeça, os braços e os pés nus; farrapos de uma velha camisa (sinal de algum contato com seres humanos) cobriam o resto do corpo. Sempre que alguém se aproximava, ele fugia como um animal assustado.

Era um menino de cerca de 12 anos, tinha a pele branca e fina, rosto redondo, olhos negros e fundos, cabelos castanhos e nariz comprido e aquilino. Sua fisionomia foi descrita como graciosa; sorria involuntariamente e seu corpo estava coberto de cicatrizes. Provavelmente abandonado na floresta aos 4 ou 5 anos, foi objeto de curiosidade e provocou discussões acaloradas principalmente na França.

Após sua captura, verificou-se que Victor (assim passou a ser chamado) não pronunciava nenhuma palavra e parecia não entender nada do que lhe falavam. Apesar do rigoroso inverno europeu, rejeitava roupas e também o uso de cama, dormia no chão sem colchão. Locomovia-se apoiado nas mãos e nos pés, correndo como os animais quadrúpedes. (Adaptado de: F. Azeved. Princípios de Sociologia: pequena introdução ao estudo da sociologia geral. São Paulo: Duas Cidades, 1973, p. 21).

EDUCAÇÃO E SOCIALIZAÇÃO

Victor de Aveyron tornou-se um dos casos mais conhecidos de seres humanos criados livres em ambientes selvagens.

Médicos franceses, como Étienne Esquirol (1772-1840) e Philippe Pinel (1745-1826), afirmavam que o menino selvagem sofria de idiotia, uma deficiência mental grave. Segundo eles, teria sido essa a razão pela qual os pais o haviam abandonado.

O psiquiatra Jean-Marie Gaspard Itard, diretor de um instituto de surdos-mudos, não compartilhava da opinião dos colegas. Quais as consequências, perguntava ele, da privação

do convívio social e da ausência absoluta de educação para a inteligência de um adolescente que viveu assim, separado de indivíduos de sua espécie?

Itard acreditava que a situação de abandono e afastamento da civilização explicava o comportamento diferente do menino. Discordava, assim, do diagnóstico de deficiência mental para o caso.

No livro *A Educação de um Homem Selvagem*, publicado em 1801, Itard apresenta seu trabalho como o menino selvagem de Aveyron, descrevendo as etapas de sua educação: ele já é capaz de sentar-se convenientemente à mesa, tirar a água necessária para beber, levar ao seu terapeuta as coisas de que necessita; diverte-se ao empurrar um pequeno carrinho e começa também a ler.

Cinco anos mais tarde, Victor já fabricava pequenos objetos e podava as plantas da casa. Com base nesses resultados, Itard reforçou sua tese de que os hábitos selvagens iniciais do menino e sua aparente deficiência mental eram apenas e tão somente, resultado de uma vida afastada de seus semelhantes e da civilização.

A partir de sua experiência com o menino, Itard formulou a hipótese de que a maior parte das deficiências intelectuais e sociais não é inata, mas tem sua origem na falta de socialização do indivíduo considerado deficiente, na falta de comunicação com seus semelhantes, especialmente de comunicação verbal. Aproximando-se de uma visão sociológica, o pesquisador concluiu que o isolamento social prejudica a sociabilidade do indivíduo. Ora, a sociabilidade é o que torna possível a vida em sociedade.

O caso do menino selvagem de Aveyron mostra que o ser humano é um animal social por excelência, como afirmava o filósofo grego Aristóteles (384-322 a.C.). Sua vida só adquire sentido na relação com outros seres humanos.

AMALA E KAMALA: AS MENINAS-LOBO

Você certamente já ouviu falar de Mogli, o menino-lobo. Trata-se de uma criação literária do escritor anglo-indiano Rudyard Kipling (1865-1936). Na história de Kipling,

Mogli é um menino inteligente e sociável que se dá muito bem com os animais e também com os seres humanos. Mogli é um personagem fictício criado pela imaginação do autor. Mas o que aconteceria, realmente a um ser humano, caso fosse criado entre lobos?

A história a seguir pertence à vida real e mostra como o personagem Mogli está longe de refletir a realidade:

Duas meninas, Amala e Kamala, foram descobertas em 1921, numa caverna da Índia, vivendo entre lobos. Essas crianças, que na época tinham quatro e oito anos de idade, foram confiadas a um asilo e passaram a ser observadas por estudiosos. Amala, a mais jovem, não resistiu à nova vida e logo morreu. A outra, porém, viveu cerca de oito anos.

Ambas apresentavam hábitos alimentares bem diferentes dos nossos. Como fazem normalmente os animais, elas cheiravam a comida antes de tocá-la, dilaceravam alimentos como os dentes e faziam pouco uso das mãos para beber e comer. Possuíam aguda sensibilidade auditiva e o olfato desenvolvido. Locomoviam-se de forma curvada, com as mãos apoiadas no chão, como o fazem os quadrúpedes. Kamala levou seis anos para andar de forma ereta. Notou-se também que a menina não ficava à vontade na companhia de pessoas, preferindo o convívio com os animais, que não se assustavam com sua presença e pareciam até entendê-la. (Adaptado de: A. Xavier Têlles. Estudos Sociais. São Paulo: Nacional, 1969, p. 115-116).

EDUCAÇÃO E HUMANIZAÇÃO

Assim como no caso do menino de Aveyron, a experiência das duas crianças criadas entre lobos na Índia mostra que os indivíduos só adquirem características realmente humanas quando convivem em sociedade com outros seres humanos, estabelecendo com eles relações sociais.

Outro personagem célebre surgido da imaginação do escritor norte-americano Edgar Roce Burroughs (1875-1950), é Tarzan. Criado por macacos na África, Tarzan aprendeu a ler sozinho, com a ajuda apenas de um livro encontrado em uma cabana. Além disso, demonstrava

sentimentos humanos e defendia valores semelhantes aos da sociedade em que viveu o escritor.

Como obra de ficção, Tarzan sempre atraiu o interesse de jovens leitores, mas está tão distante da vida real quanto Mogli, o menino-lobo. Na verdade, crianças que crescem entre animais são incapazes de desenvolver atitudes e sentimentos humanos antes de qualquer contato com outros indivíduos de sua espécie que já viviam em sociedade.

Para o pensador Lucien Malson, a conclusão é clara: “Será preciso admitir que os homens não são homens fora do ambiente social, visto que aquilo que consideramos ser próprio deles, como o riso ou o sorriso, jamais ilumina o rosto das crianças isoladas”.

A história das crianças selvagens, que sobreviveram quase milagrosamente entre os animais e pensaram para alcançar algumas das características básicas de uma existência “civilizada”, deixa uma lição que não pode ser ignorada: sem o denso tecido das relações sociais, o qual participa toda criança, simplesmente não há humanidade. (Extraído de: P. SANTOS DE OLIVEIRA. Introdução a Sociologia. São Paulo: Editora Ática, 1989, p. 12-13).



Exercício de Aprendizagem

Leia o texto abaixo e responda as questões de 1 à 4:

O HOMEM E O ANIMAL

O mundo do animal é um mundo sem conceito. Nele nenhuma palavra existe para fixar o idêntico no fluxo dos fenômenos, a mesma espécie na variação dos exemplos, a mesma coisa na diversidade das situações. Mesmo que a reconhecimento seja possível, a identificação está limitada ao que foi predeterminado de maneira vital. No fluxo, nada se acha que se possa determinar como permanente e, no entanto, tudo permanece idêntico, porque não há nenhum saber sólido

acerca do passado e nenhum olhar claro mirando o futuro. O animal responde ao nome e não tem um eu, está fechado em si mesmo e, no entanto, abandonado; a cada momento surge uma nova compulsão, nenhuma idéia a transcende. (...).

A transformação das pessoas em animais como castigo é um tema constante dos contos infantis de todas as nações. Estar encantado no corpo de um animal equivale a uma condenação. Para as crianças e os diferentes povos, a idéia de semelhantes metamorfoses é imediatamente compreensível e familiar. Também a crença na transmigração das almas, nas mais antigas culturas, considera a figura animal como um castigo e um tormento. A muda ferocidade no olhar do tigre dá testemunho do mesmo horror que as pessoas recebem na transformação. Todo animal recorda uma desgraça infinita ocorrida em tempos primitivos. O conto infantil exprime o pressentimento das pessoas.

ADORNO, Th. e HORKHEIMER, M. Dialética do esclarecimento. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1985, p. 230-231.

Questões:

1. Explique o que significa dizer que “o mundo do animal é um mundo sem conceito”.
2. Como os autores relacionam tempo e linguagem?
3. Qual o significado das histórias que relatam as transformações de seres humanos em animais?
4. Pesquise e descreva duas histórias que relatam a transformação de seres humanos em animais e o vice-versa e explique seu significado (dê preferência às lendas e mitos do folclore local).

Critérios de Avaliação das atividades propostas (Definir a função da Avaliação: diagnóstica somativa e formativa; caso haja mais de uma possibilidade, favor definir.)

As atividades apresentadas nesta Unidade I, tanto no livro-texto, quando no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) são de natureza formativa, todavia, não menos

importante para o seu desempenho acadêmico. Lembre-se que este momento de discussão e estudo é de extrema importância para seu sucesso ao longo do módulo, logo, não deixe de participar. Interaja com os tutores, com o professor e os demais colegas, vamos lapidar nossos conhecimentos juntos!

Lembre-se ainda que a participação permanente nestas atividades de mediação, bem como na realização das atividades reflexivas sugeridas pelo seu livro-texto, são necessárias para você, como recurso de aprendizagem e desenvolvimento acadêmico, e para nós, como um parâmetro de mensuração do sucesso, ou não, do nosso plano de ensino. Neste sentido, estude, pesquise, explore o tema, assista aos vídeos sugeridos e traga suas dúvidas/contribuições para a coletividade.

Esperamos sua presença lá!

UNIDADE 2:

Disciplina 6

O papel da educação escolar e o conhecimento no mundo contemporâneo



Metas da Aula

Qual o sentido de educar? O sentido de educar depende largamente do entendimento do que seja o conhecimento. Nesse sentido, antes de dizer o que entendemos por educação, devemos esclarecer a noção de conhecimento que lhe serve de justificativa, pois a produção deste é uma questão central para refletir as questões pedagógicas escolares. Nesta Unidade, distinguiremos três concepções paradigmáticas de conhecimento e, por conseguinte, de educação:

- a) o paradigma do *Ser*;
- b) o paradigma da *Reflexão*;
- c) o paradigma da *Linguagem*.



Para Examinar

O PROFESSOR E O MUNDO CONTEMPORÂNEO

O mundo contemporâneo atravessa enormes modificações econômicas, sociais, políticas e culturais. Vivemos um momento histórico intensamente marcado pela internacionalização da globalização e da tecnologia. Ocorre um processo de universalização da cultura, dos produtos, das trocas, dos custos e do capital.

O processo de internacionalização do comércio está administrado pela direção econômica neoliberal. A educação não está imune a este processo. Reformas curriculares ocorreram em todos os países marcados pela valorização da formação estudantil com implementação de um espírito de ação e liderança, da capacitação para o trabalho em grupo, e do uso das tecnologias. O momento se caracteriza por um imenso aumento da capacidade de se obter informação. Objetos são produzidos pela informação com a finalidade de comercialização. As culturas do consumo e da propaganda são fortificadas e tudo gira em função do comprar e do vender, de modo que a propaganda se dirige para o consumidor que deve ser aliciado emocionalmente. O capital, ao dominar as mídias, acaba por dominar as emoções, os sentimentos,

os hábitos e seduz fortemente os desejos das pessoas. A mídia transforma o cidadão em consumidor, na globalização neoliberal.

Como educadores não devemos identificar o termo informação com conhecimento, pois, embora andem juntos, não são palavras sinônimas. Informações são fatos, expressão, opinião, que chegam às pessoas por ilimitados meios sem que se saiba os efeitos que acarretam. Conhecimento é a compreensão da procedência da informação, da sua estrutura e dinâmica própria, e das conseqüências que dela advém, exigindo para isso um certo grau de racionalidade. A apropriação do conhecimento, é feita através da construção de conceitos, que possibilitam a leitura crítica da informação, processo necessário para absorção da liberdade e autonomia mental. Hoje, exige-se do novo aluno um certo desenvolvimento de capacidades intelectuais, de abstração, de rapidez de raciocínio e de visão crítica mais ampla que valorize mais do que a racionalidade baseada apenas na informação. O conhecimento não pode se reduzir apenas ao saber fazer, aprender a usar, aprender a comunicar, com capacidade de adaptação às mudanças técnicas continuadas do processo produtivo, do mercado e da sociedade, imposto pela globalização neoliberal. A inclusão da educação desenvolve as condições de realização da cidadania porque absorvem conhecimentos, habilidades, técnicas, novas formas de solidariedade social, porque associa tarefas pedagógicas e ações sociais pela democratização da sociedade.

A educação é um caminho de acesso ao conhecimento significativo, que se caracteriza por propiciar um saber que liberta. A assimilação do conhecimento, das opiniões, pode permitir uma elevada capacidade de letramento, que nada mais é do que a leitura crítica da informação, que é um dos caminhos para a liberdade mental e política. Nesse processo o professor é o mediador dessa interação do aluno com o conhecimento, visto que ele deve proporcionar ao aluno o mundo da informação, da técnica, da tradição e da linguagem, para que o mesmo possa construir seu pensamento, suas aptidões e suas atitudes, possibilitando aprendizagens significativas.

O papel do professor deve ser o de ajudar o aluno a desenvolver sua aptidão do pensar, através da técnica do diálogo, estimular a capacidade cognitiva do aluno através do saber aprender, saber fazer, saber agir, saber conviver e se conhecer. O educando deve aprender a ser sujeito do próprio conhecimento que aprende a aprender, a buscar informação, como sujeitos pensantes de maneira prática e analítica.

O professor deve aprender a gostar dos alunos, transformando a sua aula mais agradável, motivadora e prazerosa. É necessário estimular a solidariedade mediante os valores democráticos e éticos. Isso significa ouvir o outro; respeitar as diferenças, aperfeiçoar as técnicas de comunicação, indicar formas mais competentes do conhecimento expressivo. Deve assumir uma atitude interdisciplinar passando do conhecimento interligado para o particularizado e deste para o integrado, distinguir e respeitar a diversidade em cada indivíduo e priorizar a igualdade dos direitos dos cidadãos em uma sociedade capitalista que é por excelência desigual e excludente. O saber conviver com as diferenças é saber conviver com pessoas possuidoras de crenças, compreensão de vida e interesses diferentes. A Educação cultivando valores de solidariedade, está ao lado dos excluídos e combate os efeitos do capitalismo. A luta contra a exclusão social também passa necessariamente pelo trabalho do professor.

Os novos tempos exigem um padrão educacional que esteja voltado para o desenvolvimento de um conjunto de competências e de habilidades essenciais, a fim de que os alunos possam fundamentalmente compreender e refletir sobre a realidade, participando e agindo no contexto de uma sociedade comprometida com o futuro. Grandes desafios se descortinam a nossa frente. O maior deles diz respeito à descoberta de construções que permitam desenvolver nos estudantes, a confiança nas suas capacidades de criar, de construir e reconstruir a fim de que o aluno se plenifique a partir de competências e habilidades e, não mais, somente, através de conhecimentos.

Amelia Hamze (Profª FEB/CETEC e FISO) Disponível em:<http://educador.brasile scola.com/gestao-educacional/professor-mundo.htm>. **(Acessado em 19 de março de 2013)**



Acesse

Sobre a relação entre educação e desafios modernos vale a pena assistir:

Entre les Murs (pt: A Turma / br: Entre os Muros da Escola) é um filme francês vencedor da Palma de Ouro do Festival de Cannes em 2008.[1] A história baseia-se no livro homônimo, escrito por François Bégaudeau que, além de escritor, é também professor. O diretor Laurent Cantet convidou-o para estrelar o filme juntamente com um elenco formado por não-atores. Durante sete semanas as filmagens aconteceram no interior de uma escola no subúrbio de Paris. O resultado desse trabalho foi um filme exibido nos cinemas de quarenta e quatro países entre maio de 2008 e agosto de 2009 e presente em quatorze festivais de cinema. Conferir: http://pt.wikipedia.org/wiki/Entre_les_murs (Acessado em 19 de março de 2013)

Pro dia nascer feliz. O documentário mostra as situações que o adolescente brasileiro enfrenta nas escolas, envolvendo casos de preconceito, violência e também de esperança. São apresentados jovens de três estados do País, de classes sociais diferentes, que falam de suas vidas na escola e contam seus projetos, sonhos e inquietações. Com direção de João Jardim (2006), Brasil. Conferir: <http://www.descobrindohistoria.com.br/2012/08/documentario-pro-dia-nascer-feliz.html> (Acessado em 19 de março de 2013).

O Sorriso de Mona Lisa (no original em inglês, *Mona Lisa Smile*) é um filme americano de 2003, produzido pelo Revolution Studios e Columbia Pictures, dirigido por Mike Newell e escrito por Lawrence Konner e Mark Rosenthal. O título é uma referência à Mona Lisa, uma pintura famosa de Leonardo da Vinci. O filme conta a história de uma recém-graduada professora, interpretada por Julia Roberts, que consegue emprego em um tradicional colégio feminino para lecionar história da arte. Incomodada como o conservadorismo do colégio, que educa as melhores e mais brilhantes jovens mulheres dos Estados Unidos para serem esposas cultas e respeitáveis mães, ela decide lutar contra as normas e inspirar suas alunas a enfrentarem os desafios da vida.

Conferir: http://pt.wikipedia.org/wiki/O_Sorriso_de_Mona_Lisa (Acessado em 19 de março de 2013)

Dead Poets Society (Sociedade dos Poetas Mortos ou O Clube dos Poetas Mortos) é um filme estadunidense de 1989, do gênero drama, dirigido por Peter Weir. Conta a história de um professor de poesia na ortodoxa, denomine John Keating, em uma escola preparatória para jovens, a Academia Welton, na qual predominavam valores tradicionais e conservadores. Esses valores traduziam-se em quatro grandes pilares: tradição, honra, disciplina e excelência. Com o seu talento e sabedoria, Keating inspira os seus alunos a perseguir as suas paixões individuais e tornar as suas vidas extraordinárias.

Conferir: <http://www.adorocinema.com/filmes/filme-5280/> (Acessado em 19 de março de 2013)



Identificação de Demanda para Estudos e Pesquisas

Faça uma busca exploratória (jornais impressos, Youtube, artigos científicos, revistas especializadas, entrevistas com profissionais da área) sobre a questão: quais são hoje os principais desafios da profissão docente? A ideia aqui é refletirmos sobre quais seriam as principais barreiras interpostas atualmente frente ao exercício de uma prática docente construtiva e cidadã.

Não exite em compartilhar suas explorações/pesquisa com os colegas e seu tutor e professor no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). Lembre-se que este espaço existe, especialmente, para isso. Vamos conhecer melhor os desafios da nossa profissão, em especial nos nossos municípios? Esperamos você lá com as suas indagações e registros. Não falte nosso encontro virtual!



Glossário

Ontologia: s.f. Filosofia. Ciência do ser em geral, que considera o ser em si mesmo, independentemente do modo pelo qual se manifesta. Conferir: www.michaelis.uol.com.br (Acessado em 19 de março de 2013).

Epistemologia: s.f. s.f. Filosofia. Reflexão acerca da natureza, das fases e dos mecanismos do conhecimento, nomeadamente nas correlações entre o sujeito e o objeto; teoria do conhecimento.

Análise das premissas teóricas e práticas relacionadas ao conhecimento científico, de acordo com seu avanço histórico no desdobramento de uma sociedade; teoria da ciência. (Etm. epistem + o + logia). Conferir: www.michaelis.uol.com.br (Acessado em 19 de março de 2013).

Linguagem: s.f. Faculdade que têm os homens de comunicar-se uns com os outros, exprimindo seus pensamentos e sentimentos por meio de vocábulos, que se transcrevem quando necessário. Maneira de falar, relativamente às expressões, ao estilo: linguagem obscura, incorreta. Voz, grito, canto dos animais: linguagem dos papagaios. Modo de se exprimir por meio de símbolos, formas artísticas etc.: a linguagem do cinema. Linguagem formal, linguagens simbólicas que servem de axiomas e leis, bem como de normas especiais, em opos. à linguagem natural. Linguagem natural, o conjunto de sinais que se empregam e interpretam indistintivamente (como a fala, o grito, os olhares, os gestos etc.). Conferir: www.michaelis.uol.com.br (Acessado em 19 de março de 2013).

Modernidade: s.f. Caráter do que é moderno. Que pertence ao tempo presente ou a uma época relativamente recente; hodierno, atual. S.m. Aquilo que é moderno ou de acordo com o gosto moderno. Conferir: www.michaelis.uol.com.br (Acessado em 19 de março de 2013).

Paradigma: s.m. Algo utilizado como padrão a ser seguido, modelo, exemplo. Gramática. Exemplo ou tipo de conjugação ou declinação gramatical. Linguística. Conjunto de termos que pode ser substituído entre si na mesma posição da estrutura ao qual pertence. (Etm. do grego: paradeigma). Conferir: www.michaelis.uol.com.br

(Acessado em 19 de março de 2013).

Racionalidade: s.f. Caráter do que é racional: a racionalidade de um fato científico.

Conformidade com a razão. Conferir: www.michaelis.uol.com.br (Acessado em 19 de março de 2013).

Razão: s.f. Mente ou uma função usada para pensar. Por exemplo, pedimos a alguém que use sua razão e não suas emoções. Prova para uma crença, opinião ou juízo. Exemplificando, exigimos a razão para que uma pessoa acredite que alguém é um ladrão. Faculdade que permite o processo para se chegar a uma decisão ou conclusão, o raciocínio. Como exemplo, dizemos que o júri estava raciocinando corretamente quando decidiu que o réu era culpado. Conferir: www.michaelis.uol.com.br (Acessado em 19 de março de 2013).

O SER: ONTOLOGIA E DESVELAMENTO

Dois termos ajudam-nos a caracterizar o paradigma do Ser: ontologia e metafísica. Ontologia é um termo filosófico que designa uma categorização da realidade; uma teoria que busca uma visão ampla do real através de categorias. Um exemplo de categorização é distinguir objetos físicos, mentais e abstratos. Outro é distinguir processos, eventos e situações. Além de propor uma visão da realidade em grandes categorias, a ontologia procura mostrar como essas categorias “se articulam entre si, e como o conhecimento, a verdade e uma série de outras noções são desenvolvidas a partir daquela demarcação” (Chateaubriand, 1998, p. 12).

Metafísica também é um termo filosófico. Refere-se à pergunta pela estrutura, pelo sentido e pelo fundamento da realidade como tal (Haefner, 2002, p. 172). Uma investigação metafísica procura compreender e examinar as leis fundamentais da realidade. O método da metafísica consiste em “demonstração transcendental e desdobramento especulativo das convicções que já presumimos desde sempre

para, de algum modo, podemos conhecer e agir” (Haeffner, 2002, p. 172).

Nas definições de ontologia e metafísica encontramos o pressuposto principal do paradigma do Ser: a realidade enquanto tal pode ser conhecida, uma vez que o essencial das coisas não muda. Se a realidade fosse mutável, não haveria meio de elaborar categorias ou estruturas gerais da mesma. O pressuposto da imutabilidade da essência funciona como uma garantia; o que hoje está na categoria “mundo físico” vai, seguramente, continuar nessa categoria.

Categorias propostas, a pergunta pelo conhecimento é respondida através da demonstração de como elas se articulam entre si (Chateaubriand, 1998). Que relação há (ou: é possível) entre uma coisa (no sentido físico) e a minha ideia (o que penso dela)? Percebemos, graças à confiança que temos na visão e nos outros sentidos, que no mundo exterior existem árvores. Mesmo muito diferentes uma da outra, concluímos que todas são árvores. Como esse conhecimento ocorre? Estamos lidando com duas categorias: físico (a árvore, externa a mim) e mental (a árvore enquanto ideia) e a questão a ser respondida é: qual a relação entre a realidade (a partir de si mesma) e sua objetivação no conhecer humano?

A resposta ontológica afirma uma relação de identidade entre as categorias: as árvores, que na aparência podem ser muito diferentes umas das outras, possuem todas a mesma essência, que não muda. Existe uma ideia de árvore. Não é nem a árvore A, nem a B, mas abrange todas. É, por isso, uma ideia universal, imaterial, imutável e perfeita. Pode ser conhecida, pois o homem é dotado de um “olho do espírito”: uma capacidade de apreender as essências que estão por detrás da materialidade do mundo. “O ser mesmo, a verdade que pode e deve ser conhecida está na ideia das coisas e não naquilo que aparece. O uso da razão permite ao homem chegar a essas ideias” (Bouffleuer, 1995, p. 55).

Um dos legados do pensamento clássico é conceber o pensamento “como uma espécie de visão, ou seja, a visão intelectual, a contemplação do ser verdadeiro. O olho do espírito é capaz de captar a ordem objetiva, a verdadeira ordem das coisas” (Oliveira, 2001, p. 19). Referência primeira do paradigma do Ser, Platão entende que o pensar exige, como

objeto, um ser inalienável. O pensar “obriga a contemplar a essência, (...); se é o mutável, não nos convém” (Platão, 2007, p. 336). O conhecimento rigoroso só é possível se o juízo que hoje é verdadeiro permanece verdadeiro amanhã e sempre. Os objetos da experiência sensorial, plurais e inconscientes são, por isso, meras opiniões. Platão “tem em vista o conhecimento que existe sempre, e não do que a certa altura se gera ou se destrói” (Platão, 2007, p. 336). A verdadeira realidade, que autenticamente existe, é o mundo das ideias. Para ela reportar-se o mundo dos sentidos, como uma derivação. Através dos sentidos percebemos tão somente aparências que não revelam a autêntica realidade. No Fédon, Platão adverte que é cego quem tenta empreender os objetos através dos sentidos. Nenhum saber dos sentidos é seguro e que devemos, por conseguinte, “buscar refúgio nas ideias e procurar nelas a verdade das coisas (Platão, 1972, p. 112). Somente o pensamento “remete para o mundo das ideias. “É este último que apresenta ao pensamento o ser inalienável, ordenado à ciência, de tal modo que o juízo do pensar pode ser verdadeiro e certo” (Heinemann, 1993, p. 90).

No paradigma do Ser, a possibilidade do conhecimento é explicada pela imutabilidade essencial do objeto, que se oferece ao intelecto do sujeito. Nesse paradigma, noções como justiça e bondade também são essencialmente questões de conhecimento. Para ser justo e bom é imprescindível conhecer a justiça e a bondade. O injusto e o mau são por ignorância. No paradigma do Ser, a verdade não é produzida e nem construída, mas assimilada. A verdade da árvore está na essência da mesma, pronta, imutável e para sempre. Está lá, independente do sujeito. Por isso, educar “consiste em transmitir fielmente verdades aprendidas como imutáveis; e a aprendizagem é assimilação passiva de verdades ensinadas. Ensinar é repetir, aprender e memorizar” (Marques, 1992, p. 551). A escola é a possibilidade de acessar a verdade estabelecida e o professor é o portador individual do conhecimento.

Para Bouffleuer (1995, p. 55), o paradigma do Ser sela duas características que marcam toda a história do pensamento ocidental: a) que conhecimento é algo que ocorre entre um sujeito e um objeto, numa relação de adequação do mental

ao físico; e b) que um conhecimento é o desvelamento de uma essência. A partir dessas características, uma crítica contundente a esse paradigma é que ele compromete a perspectiva dinâmica da própria realidade. Ao “congelar” a verdade, facilita a manutenção de estruturas sociais aristocráticas, que privilegiam alguns e escravizam outros.

A REFLEXÃO: REPRESENTAÇÃO E AUTONOMIA

A principal característica do paradigma da Reflexão é a confiança otimista na razão humana (Fensterseifer, 2001). Se no paradigma do Ser a razão apreende essências em um mundo previamente ordenado, na concepção moderna parte-se da noção de que a realidade em si é dispersa e desconexa. A razão humana atua como força unificadora, que reúne e representa.

A inspiração do paradigma da Reflexão vem da ciência e da matemática: “a modernidade começa com a afirmação cartesiada da ciência que representa o mundo. O mundo desencantado (...), fala a language da ciência e da matemática” (Milovc, 2005, p. 291). Se esta é a linguagem do mundo, então procedimentos metodológicos rigorosos são condição para um conhecimento claro e distinto. A razão, enquanto faculdade inata, uma vez expurgada dos vícios da tradição e conduzida metodologicamente, pode decifrar e conhecer a realidade.

No paradigma da Reflexão a ontologia é substituída pela lógica. “Que a ontologia se faça lógica significa que a instância geradora de sentido de todo o real é a subjetividade” (Oliveira, 1989, p. 10). A razão individual e monológica legitimam o conhecimento, as regras de ação e a própria realidade. O sujeito torna-se fundamento epistemológico, fundamento ético e, por fim, fundamento ontológico, uma vez que condiciona a existência das coisas à representação clara e distinta (Fensterseifer, 2001, p. 55). Desse modo, a noção chave desse paradigma é o conhecimento da representação. Tal como no paradigma do Ser, supõe-se um sujeito cognoscente e um objeto a ser conhecido. A novidade está na dúvida: será

que as coisas (mundo externo ao pensamento) são tais como penso que são? Posso confiar amplamente nos sentidos, se eles às vezes me enganam? Que recursos possuo para verificar a correspondência entre o pensamento e o mundo?

Para superar o erro e evitar a dúvida, o paradigma da Reflexão considera: a) só existe, com certeza, aquilo que o sujeito representa em pensamento (mentalmente); b) as representações mentais precisam ser criteriosamente avaliadas antes de aceitar. A ação ou atividade psíquica de representar é, pois, uma referência pré-linguística a objetos. Re-representar é, exatamente, a operação da razão de tornar de novo presente, na arena interna da mente, o que a realidade externa tem de objetivo. O que garante que a representação corresponde a algo que tem existência objetiva no mundo externo? A razão, que representa, também julga a objetividade da representação, como um olho interior que confirma, ou não, a exatidão do que está no espelho. A capacidade de representar e de julgar a veracidade da própria representação é, para esse paradigma, o que diferencia os seres humanos dos animais. Dada a essência especular do homem (Rorty, 1994), o que “é” pode ser representado com exatidão. O que escapa ou se furta a uma representação clara e distinta tem a sua realidade posta em suspeição.

O exposto leva-nos a duas características principais do paradigma da Reflexão: a) uma confiança ilimitada na razão humana, enquanto capacidade de dominar a natureza em proveito próprio e, b) a crença de que a humanidade, como um todo, progride para um futuro melhor, pelo uso da razão (Goergen, 2005, p. 12-13).

A fé na racionalidade e no progresso traduz-se no domínio e no controle da natureza e da história. Acredita-se que um acréscimo de racionalidade resulta em um acréscimo de entendimento social, de progresso moral, de justiça e de felicidade. “A razão, sustentada como método, tornar-se-ia a fiadora de um crescimento seguro a partir do desenvolvimento do conhecimento e da ciência” (Casagrande, 2008, p. 29). Desse modo, o paradigma da Reflexão projeta um homem capaz de dominar com inteligência a natureza e dirigir racionalmente seu próprio destino, bem como o destino da vida coletiva. Também projeta um homem livre

dos poderes da cidade e da religião, que encontra a felicidade na conviência social e que possui um julgamento moral autônomo (Bouffleuer, 1995, p. 56).

Enquanto visão de mundo, o paradigma da Reflexão confere centralidade ao indivíduo e aos seus direitos. Contudo, o exame dos resultados históricos dessa ênfase verifica a consolidação de uma razão controladora, dominadora e exploradora. A promessa da humanização cumpriu apenas a dimensão técnico-instrumental. Tal denúncia é exposta no século XX, por pensadores de várias tendências, que perceberam a ciência, a tecnologia e o conhecimento reduzidos a instrumentos de produção e dominação da burguesia capitalista. A razão, que já não reflete sobre si mesma, “é usada como um instrumento universal servido para a fabricação de todos os demais instrumentos” (Horkheimer; Adorno, 1985, p. 41).

Antes, para o paradigma do Ser, educar era inserir as novas gerações na ordem do mundo e dos homens, uma e sempre posta. Para o paradigma da Reflexão, a partir do Iluminismo, separa-se educação e mundo da vida e configura-se uma intencional separação entre estes. Tal revolução trouxe currículos escolares que justapõem disciplinas autossuficientes e programas nos quais “os conhecimentos científicos reduzidos a fragmentos desarticulados se acham compartimentados, fechados em mesmos e incomunicáveis com as demais regiões do saber. Critica-se no paradigma da Reflexão sua fé na racionalidade e no progresso. Em sua face negativa, tal projeto seria uma ilusão e um desastre. Em nome da ciência e do progresso, maximizam-se os sofrimentos, a destruição, a escravização e a manipulação. “O pensamento transforma-se num processo matemático que resulta no técnico, que, por sua vez, coisifica o sujeito e suprime a consciência. “A própria razão torna-se uma função da aparelhagem econômica que a tudo engloba” (Goergen, 2005, p. 21).

A LINGUAGEM: COMUNICAÇÃO E INTERSUBJETIVIDADE

No século XX, filósofos de variadas tendências passaram a criticar o paradigma da Reflexão, por comprimir tudo na relação sujeito-objeto, e começaram a interessar-se pela linguagem, já que o seu uso nos situa “numa comunidade, cujos membros trocam entre si justificações de asserções ou outras ações” (Marques, 1993, p. 75). A atenção prioritária à linguagem levou a uma “virada filosófica” que produziu significativas mudanças nas ideias acerca do conhecimento. Antes, no paradigma da Reflexão, perguntava-se pelas condições de possibilidade do conhecimento confiável. No paradigma da Linguagem essa questão “se transformou na pergunta pelas condições de possibilidade de sentenças intersubjetivamente válidas a respeito do mundo” (Oliveira, 2001, p. 13).

Para Gadamer, a linguagem é a instância de articulação e intelegibilidade do mundo: “o ser que pode ser compreendido é linguagem” (2005, p. 612). Se a constituição do compreendido é universalmente determinada como linguagem, então sequer podemos pensar sem linguagem. Ao mesmo tempo tema e instrumento, ela é “momento necessário e constitutivo de todo e qualquer saber humano” (Oliveira, 2001, p. 13). Daqui por diante as perguntas da filosofia, da pedagogia, da ciência, etc., são perguntas da linguagem. Palavras e expressões têm apenas uma sintaxe histórico-gramatical e a busca de uma sintaxe lógica profunda, pretendida no paradigma do Ser e da Reflexão, é, por isso, relativa ao entendimento intersubjetivo. Entende-se, assim, que as palavras sempre pertencem a um contexto concreto de uso público, onde vários critérios de sentido são possíveis. Na conversação orientada ao entendimento, “a atitude objetivante com que o sujeito cognoscente se refere a si mesmo e às entidades no mundo já não goza de privilégio algum” (Habermas, 1989, p. 353-354).

No paradigma da Linguagem, a relação é argumentativa, e não representativa, pois “só podemos investigar as coisas depois que elas estão sob uma descrição; descrever algo é uma questão de relacioná-lo com outras coisas” (Rorty, 1997, p.

137). O paradigma da Linguagem aponta para uma crise generalizada dos conceitos e das práticas do Iluminismo: “estão em crise os fundamentos da razão e a própria noção de fundamentos, as condições mesmas da possibilidade do conhecimento” (Marques, 1992, p. 556). Contudo, considerando que o Iluminismo significou “a libertação do pensar e da reflexão crítica da superstição e do domínio da autoridade (...) não podemos simplesmente ignorar os avanços e as contribuições do mesmo para a humanidade” (Casagrande, 2008, p. 13).

Com a intenção de propor um novo enfoque para a razão, Habermas (2004, p. 45) identifica tipos de racionalidade: reflexiva, epistêmica, teleológica e comunicativa. Como uma reconstrução, que não renuncia aos ideais da razão iluminista (Marques, 1993, p. 71), esse novo enfoque distingue-se da modernidade no ensejo de abandonar a noção de conhecimento como algo que ocorre entre um sujeito e um objeto. Em seu lugar, propõe a relação comunicativa, ou seja, a interação linguística entre sujeitos. Os protagonistas do processo comunicativo argumentam com vistas ao entendimento acerca (a) do mundo objetivo das coisas. (b) do mundo social das normas e (c) do mundo subjetivo das vivências e emoções. A validade intersubjetiva da argumentação é central, pois “o melhor argumento fornece a força emancipatória ao saber que se constrói na livre e desimpedida participação de todos os interessados na validação das práticas e das teorias” (Marques, 1993, p. 74).

Comunicação é uma prática social concreta, construída com interações. Por isso, o paradigma da Linguagem é, também, o paradigma do diálogo. No diálogo reside a possibilidade de entender-se mutuamente, de alcançar um cordo justificado, de retornar e avaliar o discurso. O diálogo é o paradigma de toda situação possível do discurso (Marcondes, 1992, p. 103). O contexto e os elementos constitutivos do discurso dependem da validação, da explicação e da justificação. Entende e toma parte de um jogo de linguagem aquele que entende as regras segundo as quais algo é dito e feito. Nessa condição, a linguagem caracteriza-se como “confluência da criatividade, da objetividade e da intersubjetividade e por ela se reconstróem as relações sociais,

não como fundas em realidades externas e de vez para sempre, mas como pretensões de validade” (Marques, 1993, p. 78). No plano da livre conversação, o que é dito ou feito tem a pretensão de ser compreendido e aceito como verdadeiro, veraz e moralmente reto.

No paradigma da Linguagem, o ensino e a aprendizagem são construções coletivas, A validação consensual reestabelece os vínculos entre o âmbito cognitivo e o âmbito moral da educação: “não se ensinam ou aprendem coisas, mas relações estabelecidas em entendimento mútuo e expressas em concietos que, por sua vez, são construções históricas” (Marques, 1993, p. 110). Nada é definitivo e válido em si mesmo. Também a educação é geração, criação e concriação “em vinculações profundas com as situações mutantes e nos espaços e momentos diversos em que ocorre a aprendizagem” (Marques, 1993, p. 111).



Exercício de Aprendizagem

Leia o texto abaixo e responda às questões de 01 a 04:

TECNOLOGIAS NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Se tivermos dificuldades no ensino presencial, não as resolveremos como virtual. Se olhando-nos, estando juntos temos problemas sérios não resolvidos no processo de ensino-aprendizagem, não será “espalhando-nos” e “conectando-nos” que vamos solucioná-los automaticamente.

Podemos tentar a síntese dos dois modos de comunicação: o presencial e o virtual, valorizando o melhor de cada um deles. Aproveitar o melhor dos dois modos de estar.

Estar juntos fisicamente é importante em determinados momentos fortes: conhecer-nos, criá-los, confiança, afeto. Conectados, para realizar trocas mais rápidas, cômodas e práticas.

Realizar atividades que fazemos melhor no presencial: comunidades, criar grupos afins (por algum critério específico)

Definir objetivos, conteúdos, formas de pesquisa de temas novos, de cursos novos. Traçar cenários, passar as informações iniciais necessárias para situar-nos diante de um novo assunto ou questão a ser pesquisada.

A comunicação virtual permite interações espaço-temporais mais livres;

a adaptação a ritmos diferentes dos alunos;

Novos contatos com pessoas semelhantes, fisicamente distantes;

Maior liberdade de expressão a distancia.

Certas formas de comunicação as conseguirmos fazer melhor a distancia, por dificuldades culturais e educacionais de abrir-nos no presencial.

Na medida em que avançam as tecnologias de comunicação virtual, o conceito de presencialidade também se altera. Podemos ter professores externos compartilhando determinadas aulas, um professor de fora “entrando” por videoconferência na minha aula. Haverá um intercâmbio muito maior de professores, onde cada um colabora em algum ponto específico, muitas vezes a distância.

O conceito de curso, de aula também muda. Hoje entendemos por aula um espaço e tempo determinados. Esse tempo e espaço cada vez serão mais flexíveis. O professor continua “dando aula” quando está disponível para receber e responder mensagens dos alunos, quando cria uma lista de discussão e alimenta continuamente os alunos com textos, páginas da Internet, fora do horário específico da sua aula. Há uma possibilidade cada vez mais acentuada de estarmos todos presentes em muitos tempos e espaços diferentes, quando tanto professores quanto os alunos estão motivados e entendem a aula como pesquisa e intercâmbio, supervisionados, animados, incentivados pelo professor.

As crianças terão muito mais contato físico, pela necessidade de socialização, de interação. Mas nos cursos médios e superiores, o virtual superará o presencial. Haverá uma grande reorganização das escolas. Edifícios menores. Menos salas de aula e mais salas ambiente, salas de pesquisa, de encontro, interconectadas. A casa, o escritório será o lugar de aprendizagem.

Poderemos também oferecer cursos predominantemente presenciais e outros predominantemente virtuais. Isso dependerá do tipo de matéria, das necessidades concretas de cobrir falta de profissionais em áreas específicas ou de aproveitar melhor especialistas de outras instituições que seria difícil contratar.

Caminhamos rapidamente para processos de ensino-aprendizagem totalmente audiovisuais e interativos. Nós veremos, ouviremos, escreveremos simultaneamente, com facilidade, a um custo baixo, às vezes em grupos grandes, em outros em grupos pequenos ou de dois em dois.

Estamos numa fase de transição na educação a distância. Muitas organizações estão limitando-se a transpor, para o virtual, adaptações do ensino presencial (aula multiplicada ou disponibilizada). Há um domínio de interação virtual fria (formulários, rotinas, provas, e-mail) e alguma interação on-line. Começamos a passar dos modelos predominantemente individuais para os grupais. O educação a distância mudará radicalmente de concepção, de individualista para mais grupal, de utilização predominantemente isolada para utilização participativa, em grupos. Das mídias unidirecionais, como o jornal, a televisão e o rádio, caminhamos para mídias mais interativas. Da comunicação off-line evoluímos para um mix de comunicação off e on-line (em tempo real).

Educação a distância não é só um “fast-food”, onde o aluno vai lá e se serve de algo pronto. Educação a distância é ajudar os participantes a que equilibrem as necessidades e habilidades pessoais com a participação em grupos -presenciais e virtuais - onde avançamos rapidamente, trocamos experiências, dúvidas e resultados. Iremos

combinando daqui em diante cursos presenciais com virtuais, uma parte dos cursos presenciais será feita virtualmente. Uma parte dos cursos a distância será feita de forma presencial ou virtual-presencial, vendo-nos e ouvindo-nos. Haverá períodos de pesquisa individual intercalados com outros de pesquisa e comunicação conjunta. Alguns cursos poderemos fazê-los sozinhos, com a orientação virtual de um tutor e, em outros, será importante compartilhar vivências, experiências, idéias.

A internet está caminhando para ser audiovisual, para transmissão em tempo real de som e imagem (tecnologias streaming). Cada vez será mais fácil fazer integrações mais profundas entre TV e WEB. Enquanto assiste a deitado programa, o telespectador começa a poder acessar simultaneamente as informações que achar interessantes sobre o programa, acessando o site da programadora na Internet ou outros bancos de dados.

As possibilidades educacionais que se abrem são fantásticas. Com o alargamento da banca de transmissão como acontece na TV a cabo torna-se mais fácil poder ver-nos e ouvir-nos a distância. Muitos cursos poderão ser realizados a distância com som e imagem, principalmente cursos de atualização, extensão. As possibilidades de interação serão diretamente proporcionais ao número de pessoas envolvidas.

Teremos aulas a distância com possibilidade de interação on-line e aulas presenciais com interação a distância. (É importante lembrar que se o termo “educação a distância” não se usar e, em outras situações, como esta assinalada acima, o uso da crase é obrigatório)

Algumas organizações e cursos oferecerão tecnologias avançadas dentro de uma visão conservadora (lucro, multiplicação)

O ensino será um mix de tecnologias com momentos presenciais, outros de ensino on-line, adaptação ao ritmo pessoal, mais interação grupal, avaliação mais personalizada

(com níveis diferenciados de visão pedagógica)

Outras organizações oferecerão tecnologias de ponta com visão pedagógica avançada (cursos de elite, subsidiados).

O processo mais lento do que se espera. Iremos mudando aos poucos, tanto o presencial como na educação a distância. Há uma grande desigualdade econômica, de acesso, de maturidade, de motivação das pessoas. Alguns estão prontos para a mudança, outros muitos não. É difícil mudar padrões adquiridos (gerenciais, atitudinais) das organizações, governos, dos profissionais e da sociedade.

Ensinar com as novas mídias será uma revolução, se mudarmos simultaneamente os paradigmas convencionais do ensino, quem mantém distantes professores e alunos. Caso contrário, conseguiremos dar um verniz de modernidade, sem mexer no essencial. A Internet é um novo meio de comunicação, ainda incipiente, mas que pode ajudar-nos a rever, a ampliar e a modificar muitas das formas atuais de ensinar e de aprender.

MORAN, José Manuel. “Ensino e Aprendizagem Inovadores em Tecnologia”, in: *Informática na Escola: Teoria & Prática*, vol. 3, n.º 1, (setembro 2000), UFRGS. Programa de Pós-Graduação em Informática na Educação, p. 137-144.

Questões:

1. De que forma a difusão das tecnologias da informação estão influenciando as diversas maneiras de ensinar nas escolas?

2. Considerando que a tecnologia tem transformado tanto o espaço escolar como o mercado de trabalho, quais as chances de sucesso escolar e profissionais para as grandes levas de sujeitos ainda distantes da inclusão digital?

3. Quais os benefícios do uso da tecnologia para a educação básica e quais seus principais prejuízos?

4. Quais serão os principais desafios para o uso de

novas tecnologias na educação básica? Quais devem ser os principais obstáculos enfrentados por professores e alunos?

Critérios de Avaliação das atividades propostas (Definir a função da Avaliação: diagnóstica somativa e formativa; caso haja mais de uma possibilidade, favor definir.)

As atividades apresentadas nesta Unidade I, tanto no livro-texto, quanto no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) são de natureza formativa, todavia, não menos importante para o seu desempenho acadêmico. Lembre-se que este momento de discussão e estudo é de extrema importância para seu sucesso ao longo do módulo, logo, não deixe de participar. Interaja com os tutores, com o professor e os demais colegas, vamos lapidar nossos conhecimentos juntos!

Lembre-se ainda que a participação permanente nestas atividades de mediação, bem como na realização das atividades reflexivas sugeridas pelo seu livro-texto são necessárias para tanto para você como recurso de aprendizagem e desenvolvimento acadêmico, quanto para nós enquanto um parâmetro de mensuração do sucesso ou não do nosso plano de ensino. Neste sentido, estude, pesquise, explore o tema, assista aos vídeos sugeridos e traga suas dúvidas/contribuições para a coletividade.

Esperamos sua presença lá!

UNIDADE 3:

A educação e o Estado

Disciplina 6



Metas da Aula

O que é Estado e qual sua relação com a Educação?

Nesta Unidade veremos que Estado é uma nação politicamente organizada, constituído por um povo, um território, um governo e uma cultura comuns. O Estado engloba todas as pessoas dentro de um território delimitado – governo e governados. Toda essa relação de poder se inicia pela força, mas, se perpetua pela cultura, gerando valores que se internalizam e passam a fazer parte da identidade do grupo social.



Para Examinar

ESTADO E EDUCAÇÃO: ALGUMAS REFLEXÕES

Estamos presenciando um momento interessante na história que já tinha sido sepultada pelos defensores do Consenso de Washington e de suas diretrizes. O fortalecimento do Estado na América Latina tem provocado muitas discussões na Mídia e em todos os setores da sociedade. Assim, gostaria de refletir criticamente um dos pontos que mais avança neste ressurgimento da história, a saber: a relação dialética entre Estado e Educação a partir das análises das teorias do Estado, sua natureza e ação política que possui uma importância substancial para a compreensão da natureza política da educação como política pública, principalmente em se tratando de suas conexões atuais entre cidadania, democracia e multiculturalismo. Com isso, talvez, poderemos definir os problemas reais da educação e as soluções adequadas.

O Estado costuma ser definido como a totalidade da autoridade política numa dada sociedade humana. E vários elementos que considero chaves definem institucional e funcionalmente a noção de Estado. Primeiramente, o Estado é um conjunto de instituições ocupadas pelo pessoal próprio do aparelho do Estado ou a chamada burocracia responsável pela lei e a ordem. O Estado, de certa forma, monopoliza a criação de regras dentro de seu território. Isto leva à criação de uma cultura política comum compartilhada por todos os cidadãos.

A partir de uma posição modernista e porque não dizer crítica, dois problemas apontam para novos rumos ao se tentar definir o poder do Estado tendo como pressuposto os pontos funcionais, legais e institucionais que são históricos e culturais. A variabilidade histórica e regional, o caráter enganoso da identidade social, as diferenças de poder buscado pelas classes, sexos, raças, etnias e religiões, juntamente com as complexidades das relações entre grupos dentro das instituições formais, tudo conspira contra a noção de uma cultura comum no plano de um conhecimento oficial e a construção social de uma única forma de Estado e de se fazer política e educação.

Gramsci já alertava no início do século XX que a educação como parte do Estado tornou-se no fundo um processo de formação destinado ao conformismo social. Em sua análise, as escolas, as igrejas são vistas como as maiores organizações culturais de cada país, produtoras de hegemonia como processo onde as classes dominantes exercem a governabilidade ao estabelecer o controle sobre as classes dominadas que estão a elas ligadas por meio da liderança moral e intelectual.

No entanto, as teorias e pesquisas sobre o Estado mostram que uma análise do sistema educacional não pode estar separada de algumas análises explícitas ou implícitas do papel, do propósito e do funcionamento do governo. De fato, a educação pública, não significa apenas uma função do Estado em termos de ordem legal ou suporte de financiamento público. As exigências específicas para títulos dos professores, os livros – textos impostos e os cursos requeridos para o currículo básico – são controlados por exigências do Estado e designados através de políticas públicas do Estado. De maneira semelhante, muitos argumentam que o Estado desempenha um papel importante em relacionar a Educação com a Economia. Apesar das dificuldades em identificar as exatas contribuições para o crescimento econômico, é evidente que o Estado por meio da política pública e das despesas públicas contribuiu muito para facilitar os elos entre o sistema educacional e a economia. Exatamente por isso as relações entre educação, política e Estado não podem ser discutidas unicamente

a partir da perspectiva da cultura política dominante. Esse caráter político está relacionado, ante de tudo, com os currículos explícitos e também com as ligações mais sutis entre a educação e o poder.

O conceito de Estado é diferente dos conceitos de governo, sistema político ou regime político. A importância do Estado foi eloqüentemente apresentada por muitos autores, entre eles, destaque Atilio Borón. Este conceito de Estado passou a ser, nas ciências sociais contemporâneas, um dos pouquíssimos conceitos datados da capacidade de promover um rico debate teórico e metodológico, para não falar de sua existência prática. De fato, há uma enorme surpresa neste aspecto devido a impressionante reação do eixo temático em discussão que foi em tempos passado, extremamente excomungado pela comunidade acadêmica e seu valor teórico condenado por conta do pretensioso caráter vago e de tendência formalista, bem como por seu valor heurístico, também reprovado.

As discussões sobre as teorias do Estado ganharam novo vigor por volta de 1970, quando foram associados os debates da teoria política marxista do Estado e devido aos escritos de Gramsci. As discussões também adquiriram um novo brilho a partir de 1980, nos importantes debates da ciência política sobre a autonomia do Estado democrático e com o processo de redemocratização das sociedades autoritárias. É necessário que se esclareça a terminologia, incluindo os conceitos de Estado, regime político, sistema político, sociedade civil e esfera pública, exatamente porque estes conceitos são objetos de imenso debate. São conceitos familiares aos especialistas em ciência ou sociologia política, mas podem não ser de uso corrente entre os especialistas da educação.

As noções de Estado e governo não são sinônimas e a complexidade do Estado moderno não pode ser reduzido, de forma alguma, à noção de “governo”. Da mesma forma, a noção de governo não poder definida em termo puramente descritivo, como apenas uma coleção ou agências, organismos e cargos que sem coerência ou unidade executem as rotinas e tarefas de administrar os negócios do governo na sociedade ou o assim chamado bem público.

A concepção liberal de Estado se centraliza na noção de poderes públicos separados. O Estado é concebido como a suprema autoridade política dentro de limites bem determinados. Esta noção liberal de autoridade política deveria ser reconsiderada a partir da perspectiva da ciência política contemporânea. A partir das perspectivas críticas do liberalismo e, de maneira particular, das que se enraízam nas teorias da democracia, do neomarxismo e da sociologia política, a discussão do Estado assume novas dimensões. Numa abordagem preliminar, a noção do Estado aparece como um instrumento heurístico, como um conceito de regime político, governo e poder público.

Na visão de Claus Offe, o Estado é um sistema administrativo auto-regulador que reflete um grupo de regras e convenções institucionais que historicamente se desenvolveram nas sociedades capitalistas. Além do mais, o Estado capitalista não responde necessariamente de maneira direta aos que temporariamente exercem o poder (o governo de um regime ou de um partido político particular), nem responde diretamente aos ditames dos setores sociais particulares (interesses econômicos) ou classes dominantes. Uma vez que o Estado aparece como um pacto de dominação que intermédia as crises recorrentes do sistema capitalista e tenta impedir que elas afetem as condições de produção deste mesmo sistema, a perspectiva de classe do Estado não se baseia na representação de interesses de setores específicos, nem reflete as políticas das classes dominantes ou de um grupo político específico que controla as instituições governamentais.

A idéia liberal do Estado repousa sobre a noção do poder público e se difere do governo do ser governado. Assim, o Estado possui uma independência da sociedade civil e serve de conciliador entre as classes sociais. Essa autoridade pode ser discutida na ciência política. Segundo as críticas do liberalismo, o poder do Estado é exercido por meio de um aparato estatal e influência a sociedade civil que pode ser classificada como uma arena de confrontos para projetos políticos.

Na perspectiva apontada por Poulantzas, o Estado capitalista é uma arena de luta das classes sociais que

intervém nas relações de classes. No entanto, para Offe o Estado é um sistema administrativo auto-regulador de condensação das bases legais, regras e regulamentações. O Estado desempenha suas funções básicas que incluem a execução de uma estratégia preventiva de gestão das crises. Assim, a educação como legitimação compensatória determina que o Estado possa usar políticas educacionais como um substitutivo para os direitos políticos e aumenta os gastos com material ao criar um sistema que assegura legitimidade aos cidadãos. Neste sentido, a maioria das análises dos problemas educacionais carregam uma teoria do Estado como já afirmou Martin Carnoy.

O ponto de vista liberal sugere que o Estado se afirme como a criação coletiva de seus membros individuais, fornecendo educação, defesa, sistema legal e um conjunto de bens sociais para os cidadãos. Existe um princípio de autonomia no liberalismo, a saber: “os indivíduos devem ser livres e iguais para determinar as regras, gozar de direitos iguais para estabelecer o quanto que gera e limita as oportunidades de que dispõem”. O chamado Estado de Bem-Estar Social é uma forma particular de Estado liberal democrático nas sociedades industrializadas. Seu papel intervém na economia e as políticas de bem-estar são definidas como a proteção governamental de níveis mínimos de renda.

No século XX a escolaridade refletiu características que se tornaram ponto central do Estado liberal na política pública como a expansão escolar que se associou à ampliação dos direitos de cidadania e de políticas de bem-estar em todos os setores. Após a II Guerra Mundial, uma euforia tomou conta dos Estados Nacionais tendo como eixo a descrição das opções liberais e social-democrata que estimularam uma nova visão de igualdade e de reformas educacionais. Os educadores liberais vêem os sistemas educacionais como exercendo três funções, que podemos destacar como: a socialização cognitiva e moral, treinamento de habilidade e, por fim, a certificação. Ao mesmo tempo em que o liberalismo forneceu uma explicação racional para uma hierarquia de recompensas colocou a igualdade de oportunidades educacionais centrada na noção de eficiência. As falhas mais

importantes dos reformadores liberais e dos pesquisadores da convicção liberal são, em especial, a falta de uma análise histórico-estrutural dos processos educacionais em sociedades capitalistas, sua recusa de enfrentar as implicações de dominação e a exploração em sociedades capitalistas.

Caso a democracia institucional for preservada, os indivíduos e os grupos não de tirar vantagens destes direitos sob proteção da lei e de um judiciário independente. Neste sentido, a meta do chamado “multiculturalismo” é o de reformar a escola e outras instituições educacionais de modo que a classe estudantil possa desfrutar da qualidade de educação. O Estado liberal tenta resolver os dilemas do multiculturalismo e é contestado pelas teorias neoconservadoras, neoliberais, reprodução de paralelismo e críticas ao conhecimento social.

O conservadorismo tradicional surgiu como uma resposta à Revolução Francesa e à política ideológica do iluminismo. Como tal, o conservadorismo se prende aos conceitos de família, dever, autoridade, normas, tradicionalismo, auto-interesse, individualismo competitivo e anti-estatismo que geralmente têm sido associados aos conservadores tradicionais e representam uma clara reação aos valores básicos do liberalismo. A ideologia neoconservadora e o Estado neoconservador são comumente associadas às drásticas mudanças políticas e econômicas ocorridas nos anos 80 do século passado, distanciando-se do Estado de Bem-Estar Social a partir da inclusão dos programas de governo de Thatcher (thatcherismo), o que ficou denominado como sendo uma “revolução conservadora”.

Por várias razões, a privatização e as reformas orientadas para o mercado apelam para o neoconservadorismo. Por um lado, elas ajudam a aliviar algumas das pressões sobre as despesas fiscais. Mas, por outro lado, fornecem uma boa entrada para despolitizar as políticas reguladoras do Estado em importantes áreas de formação da política. A privatização desempenha um papel crucial no modelo neoconservador como bem afirma Carlos Alberto Torres, porque “a aquisição de contratos de serviço é ao mesmo tempo um mecanismo administrativo para ocupar-se com os assuntos particulares da legitimidade social do Estado envolvido nos serviços

sociais diretos e uma tentativa de tomar emprestado à ética empresarial da empresa privada". Neste rumo apontado, os neoconservadores argumentaram que o Estado e o Mercado são dois sistemas diametralmente opostos. São considerados como escolhas claras na organização da produção como também na entrega de serviços. Por várias razões, os neoconservadores consideram os mercados como mais versáteis e eficazes do que as estruturas burocráticas do Estado.

Em nível teórico, concentrando-nos em teorias do Estado, podemos encontrar caminhos para criticar o mesmo no intuito de melhorar a teoria da escola pública, sobretudo quando "os indivíduos são vistos como os que maximizam a utilidade racional, e quando se admite que a busca do auto-interesse no mercado há de produzir resultados sociais e economicamente desejáveis" como bem analisa Carlos Alberto Torres. Assim, embora criticando os professores e o pessoal escolar em geral, uma nova administração na Costa Rica, país soberano da América Central, lançou um programa de "modernização" educacional de volta as bases. Aos professores e alunos foi imposto, certo número de controles, que incluía, entre outras coisas, um conteúdo mínimo a ser ensinado e a reintrodução obrigatória da escrita cursiva para todos os alunos, o mesmo uniforme para os estudantes em todas as escolas públicas, planos de aula diários por escrito e obrigatórios para os professores, maior número de provas e exames semestrais e um ano escolar mais longo. Também faziam parte do pacote a ênfase na racionalização da administração escolar, uma prestação de conta do sistema administrativo, data-base e registro escolar mais eficiente e uma descentralização funcional para regiões não distantes a pequena extensão do país.

No Brasil, em medidas semelhantes à reação neoconservadora frente a ameaça constituída por multiculturalistas, os governos neoliberais, em nível estadual e local, promoveram políticas educacionais de "controle da qualidade" baseadas em modelos norte-americanos e japoneses de eficiência e responsabilidade empresarial. Embora o Estado neoconservador seja rigoroso em sua crítica cultural, muitas das propostas econômicas e sociais

mais importantes ressurgem nos modelos neoliberais pragmáticos.

A mera existência da autonomia do Estado levanta graves problemas para a teoria liberal democrática. Embora os neoconservadores estejam enfrentando o dilema de favorecer a autonomia individual e as obrigações públicas, ao encaminhar uma política neoliberal, implica uma relativa contradição entre preferências concebidas de maneira individualista que se trata de uma escolha social racional. Se o lugar do indivíduo na economia capitalista é de maneira angustiante e única como a de quem estabelece as preferências, não se pode deixar de questionar a idéia liberal de Estado como lugar de negociação entre indivíduos com preferências autônomas. Depois de um grande período de coesão social, as políticas de Bem-Estar constituíram concessões feitas à classe trabalhadora em busca de resultados mais previsíveis para prevenir paradas de trabalhos ou greves. A percepção de uma “paz social e o investimento público em estratégias de criação de empregos trariam prosperidade para todos” como bem descreve o educador Carlos Alberto Torres.

A visão neoconservadora da reforma educacional reflete uma tentativa de socializar as crianças e os jovens americanos para o exercício do poder e para a dominação global. Daí a ênfase sobre a qualidade da educação, a excelência, sobretudo com o apoio das ciências positivas, bem como algumas fundações privadas, governadores de Estado e associações profissionais que procuraram desenvolver padrões para o ensino das disciplinas. As mudanças na formação do Estado acarretam uma mudança nas interpretações de hegemonia e senso comum produzido na vida diária, uma mudança, sobretudo nas alianças políticas que controlam o Estado.

Do liberalismo ao neoconservadorismo neoliberal, este foi o eixo central das mudanças históricas sobre o Estado. As perspectivas pós-modernas sobre o Estado e o público, entre o Estado e a sociedade civil levanta uma questão fundamental para a noção de governo liberal que poderá explicar como se dá o funcionamento do poder. O ativismo político é baseado em um falso radicalismo que se tornaram desafios políticos

fragmentados através dos grupos de interesses especiais e regionais divergentes.

As relações patriarcais e sua constante presença na educação constituem um tema central para o novo movimento socialista que ressurgiu das cinzas e do prenúncio dos que afirmavam o “fim da história”. É conhecido o fato de que Marx dedicou apenas umas poucas páginas de sua obra onde deu atenção às mulheres e às crianças. Marx via as mulheres como assalariadas ou então como sinônimo do trabalho improdutivo. Sua importância para o capitalismo se dava com a geração da mais-valia. As mulheres operárias eram consideradas como parte da categoria do proletariado, por isso, eram vistas como exploradas, mais que oprimidas e que não havia qualquer sentido de estruturação patriarcal da economia.

Para concluir, a análise da relação entre o Estado e a Educação, pode contribuir para entendermos melhor os problemas educacionais e as prescrições políticas em si. As teorias de Estado exercem influência também sobre a educação já que uma depende da outra. Em nível concreto, as teorias do Estado sustentadas pelas colisões governamentais e pelas burocracias educacionais irão influenciar no planejamento e na operação do sistema educacional. Estas discussões sobre as teorias do Estado e Educação abrangem uma gama vasta de pontos vistos referentes as relações entre educação, natureza educacional e sua política. Por fim, toda a discussão de reforma educacional, das relações entre professores, do financiamento da educação, do multiculturalismo, da cidadania, da educação democrática ou da política educacional em geral envolve competição de pontos de vistas contraditórios.

Talvez tenha chegado o momento de mudar e alterar os rumos da história apontados por Marx no século XIX. O primeiro passo seria a superação do neoconservadorismo que se apoderou do Estado e da Educação. Para, depois, reconstruirmos novas alternativas, diversificadas, jamais iguais e semelhantes, pois cada povo e nação deve ter a autonomia de construir o seu Estado e a sua Educação.

NASCIMENTO, Claudemiro Godoy. Estado e Educação: Algumas Reflexões. Disponível em: <http://www.adital.com.br/site/noticia2.asp?lang=PT&cod=26266>. (Acessado em 19 de março de 2013)



Acesse

Sobre o tema do Multiculturalismo no mundo contemporâneo, vale a pena assistir:

Crash (Crash - No Limite ou Colisão é um filme estadunidense alemão de 2004, um drama dirigido por Paul Haggis. Estreou no Festival de Cinema de Toronto em setembro de 2004 e foi lançado internacionalmente em 2005. O filme fala de preconceito em vários segmentos e trata sobre tensões raciais e sociais em Los Angeles. “Em Los Angeles ninguém te toca. Estamos sempre atrás do metal e do vidro. Acho que sentimos tanta falta desse toque, que batemos uns nos outros só para sentir alguma coisa.” (Frase de Crash). Partindo de tal premissa, Crash é um filme que demonstra o retrato de uma sociedade marcada pelo preconceito. Disponível em : [http://pt.wikipedia.org/wiki/Crash_\(2004\)](http://pt.wikipedia.org/wiki/Crash_(2004)). (Acessado em 19 de março de 2013)

Mississippi em Chamas (Mississippi Burning, no original) é um filme norte-americano de 1988, do gênero drama, dirigido por Alan Parker e com roteiro de Chris Gerolmo. O filme conta de maneira fictícia a investigação que dois agentes do FBI fizeram no estado de Mississippi em 1964, quando três ativistas dos direitos civis foram brutalmente assassinados. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Mississippi_em_Chamas . (Acessado em 19 de março de 2013)

Xingu é um filme brasileiro de 2012 dirigido por Cao Hamburger e roteirizado por ele, Elena Soárez e Anna Muylaert. Estrelado por João Miguel, Felipe Camargo e Caio Blat, o filme conta a trajetória dos irmãos Villas-Bôas a partir do momento em que se alistam para a Expedição Roncador-Xingu, parte da Marcha para o Oeste de Getúlio Vargas, em 1943. A produção do filme foi iniciada após o pedido da família Villas-Bôas à Fernando Meirelles, que indicou Cao

para a direção do filme. O diretor aceitou a proposta, pois se interessou pelo assunto e por não entender como essa história foi pouco divulgada. A maior parte das filmagens ocorre no Tocantins em um parque Indígena do Xingu, durante um período de dez meses. Disponível em: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Xingu_\(filme\)](http://pt.wikipedia.org/wiki/Xingu_(filme)). (Acessado em 19 de março de 2013)



Identificação de Demanda para Estudos e Pesquisas

Que tal pesquisar mais sobre Multiculturalismo? O que ele significa? Como pode ser representado? Qual seu impacto na prática pedagógica? Como deve comportar-se um professor do ponto de vista do Multiculturalismo?

E ainda mais: seria o Multiculturalismo somente uma atitude? É possível pensar em um currículo escolar que preze pelos valores Multiculturalista? Considerando sua realidade social, política e cultural, como o Multiculturalismo poderia ser vivenciado nas escolas da sua região? Discuta com seus colegas, tutores e professor e, depois, discorra suas conclusões no Ambiente Virtual de Aprendizagem.



Glossário

ESTADO: A palavra Estado, grafada com inicial maiúscula, é uma forma organizacional cujo significado é de natureza política. É uma entidade com poder soberano para governar um povo dentro de uma área territorial delimitada. As funções tradicionais do Estado englobam três domínios: Poder Executivo, Poder Legislativo e Poder Judiciário. Numa nação, o Estado desempenha funções políticas, sociais e econômicas.

Também são designadas por Estado, cada uma das divisões político-geográficas de uma república federativa. Estas divisões são autônomas e possuem um governo próprio regido por uma estrutura administrativa local. O Brasil é dividido em 26 Estados e um Distrito Federal.

Grafada com inicial minúscula, a palavra estado significa a situação presente em que se encontra alguma entidade.

Exemplos: estado de pobreza, estado do tempo, estado civil, estado anímico, estado físico, etc. Conferir: <http://www.significados.com.br/estado/> (Acessado em 19 de março de 2013)

CULTURA: Cultura significa cultivar, e vem do latim colere. Genericamente a cultura é todo aquele complexo que inclui o conhecimento, a arte, as crenças, a lei, a moral, os costumes e todos os hábitos e aptidões adquiridos pelo homem não somente em família, como também por fazer parte de uma sociedade como membro dela que é.

Cultura na língua latina, entre os romanos tinha o sentido de agricultura, que se referia ao cultivo da terra para a produção, e ainda hoje é conservado desta forma quando é referida a cultura do soja, a cultura do arroz, etc.

Cultura também é definida em ciências sociais como um conjunto de idéias, comportamentos, símbolos e práticas sociais, aprendidos de geração em geração através da vida em sociedade. Seria a herança social da humanidade ou ainda de forma específica, uma determinada variante da herança social.

Cultura em filosofia é explicada como o conjunto de manifestações humanas que contrastam com a natureza ou o comportamento natural. Já em biologia a cultura é uma criação especial de organismos para fins determinados. Cultura na antropologia é compreendida como a totalidade dos padrões aprendidos e desenvolvidos pelo ser humano.

A principal característica da cultura é o mecanismo adaptativo que é a capacidade, que os indivíduos tem de responder a meio de acordo com mudança de hábitos, mais até que possivelmente uma evolução biológica. A cultura é também um mecanismo cumulativo porque as modificações trazidas por uma geração passam à geração seguinte, onde vai se transformando perdendo e incorporando outros aspectos procurando assim melhorar a vivência das novas gerações. Conferir: <http://www.significados.com.br/cultura/> <http://www.significados.com.br/cultura/> (Acessado em 19 de março de 2013)

MULTICULTURALISMO: sm (multicultural+ismo)
Prática de acomodar qualquer número de culturas distintas, numa única sociedade, sem preconceito ou discriminação.

Conferir: <http://www.dicio.com.br/multiculturalismo/>
(Acessado em 19 de março de 2013)

LIBERALISMO: O liberalismo é uma doutrina que se baseia na defesa das iniciativas individuais e que procura limitar a intervenção do Estado na vida económica, social e cultural.

Trata-se de um sistema filosófico e político que promove as liberdades civis e que se opõe ao despotismo. A democracia representativa e os princípios republicanos têm por base as doutrinas liberais.

Embora se costume falar do liberalismo como um todo uniforme, é possível fazer a distinção entre vários tipos de liberalismo. O liberalismo económico é o mais divulgado, já que é defendido pelas grandes corporações e pelos grupos económicos de maior envergadura. Visa limitar a intervenção estatal nas relações comerciais, promulgando a redução dos impostos e acabando com os regulamentos.

O liberalismo económico é da opinião que, ao não intervir o Estado, é garantida a igualdade de condições e é estabelecido um mercado competitivo perfeito. A falta de intervenção do Estado, porém, não dá acesso à ajuda social (são cancelados os subsídios, por exemplo).

O liberalismo social, por sua vez, defende a liberdade nos comportamentos privados dos indivíduos e nas suas relações sociais. A legalização do consumo de drogas temo aval do liberalismo social.

O liberalismo político, por fim, entrega o poder aos cidadãos, os quais elegem os seus representantes de forma livre e soberana. Os funcionários estatais são portanto eleitos pelo poder popular da democracia.

Cada uma destas doutrinas do liberalismo tem, como é óbvio, variantes e defensores mais ou menos acérrimos das liberdades promovidas. Conferir: [//conceito.de/liberalismo#ixzz2Nyx9tb1k](http://conceito.de/liberalismo#ixzz2Nyx9tb1k) (Acessado em 19 de março de 2013)

NEOLIBERALISMO: Neoliberalismo é uma redefinição do liberalismo clássico, influenciado pelas teorias económicas neoclássicas, e é entendido como um produto do liberalismo económico clássico. O neoliberalismo pode ser uma corrente de pensamento e uma ideologia, ou seja uma forma de ver e

julgar o mundo social ou um movimento intelectual organizado, que realize reuniões, conferências e congressos.

Na política, neoliberalismo é um conjunto de idéias políticas e econômicas capitalistas que defende a não participação do estado na economia, onde deve haver total liberdade de comércio, para garantir o crescimento econômico e o desenvolvimento social de um país.

O neoliberalismo defende a pouca intervenção do governo no mercado de trabalho, a política de privatização de empresas estatais, a livre circulação de capitais internacionais e ênfase na globalização, a abertura da economia para a entrada de multinacionais, a adoção de medidas contra o protecionismo econômico, a diminuição dos impostos e tributos excessivos e etc.

O neoliberalismo é bastante criticado pois muitos acreditam que a economia neoliberal só beneficia as grandes potências econômicas e as empresas multinacionais, que países pobres ou em processo de desenvolvimento acabam sofrendo com os resultados de uma política neoliberal, causando o desemprego, baixos salários, aumento das diferenças sociais e dependência do capital internacional.

Conferir: <http://www.significados.com.br/neoliberalismo/> (Acessado em 19 de março de 2013)

CAPITALISMO: Capitalismo é um sistema econômico em que os meios de produção e distribuição são de propriedade privada e com fins lucrativos. Decisões sobre oferta, demanda, preço, distribuição e investimentos não são feitos pelo governo e os lucros são distribuídos para os proprietários que investem em empresas e os salários são pagos aos trabalhadores pelas empresas. O capitalismo é dominante no mundo ocidental desde o final do feudalismo.

O capitalismo é o sistema sócio-econômico baseado no reconhecimento dos direitos individuais, em que toda propriedade é privada e o governo existe para banir a iniciação de violência humana. Em uma sociedade capitalista, o governo tem três órgãos: a polícia, o exército e as cortes de lei.

Dentro do capitalismo existem diversos tipos, como o capitalismo financeiro, que corresponde a um tipo de economia capitalista em que o grande comércio e a grande

indústria são controlados pelo poderio econômico dos bancos comerciais e outras instituições financeiras. Juntamente com o capitalismo financeiro, surgiu o capitalismo industrial, que é quando as empresas evoluíram de manufatureiras para mecanizadas. Outro tipo foi o capitalismo informacional, que tem a tecnologia de informação como o paradigma das mudanças sociais que reestruturaram o modo de produção capitalista.

Um dos fenômenos do capitalismo é a globalização, que é um dos processos de aprofundamento da integração econômica, social, cultural, política, impulsionado pelo barateamento dos meios de transporte e comunicação dos países do mundo no final do século XX. A globalização é gerada pela necessidade da dinâmica do capitalismo de formar uma aldeia global que permita maiores mercados para os países centrais. Conferir: <http://www.significados.com.br/capitalismo/> (Acessado em 19 de março de 2013)

A legitimação do poder se fundamenta no reconhecimento e na obediência de quem é dominado ou se deixa dominar, por quem ou pelo quê detém o poder. No Estado, as pessoas que exercem o poder constituem o governo. O governo não é sinônimo de Estado, o Estado é a nação com um governo, pois uma nação pode existir sem um governo. Nação não é a mesma coisa que Estado. É anterior ao Estado.

Como se organiza o Estado no Brasil? Ele se organiza em três poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário, e seu sistema de governo é Presidencialista. A Constituição Federal é a lei máxima que rege o país, embora cada Estado tenha a sua Constituição Estadual que se submete à Federal, cada estado tem seus municípios com um governo próprio que se submete ao e estado e ao Governo Federal.

O CONCEITO DE ESTADO

A soberania de um Estado é a sua capacidade de decidir em última instância, ou seja, de ter a sua decisão respeitada, independente da aprovação de outros Estados ou organismos internacionais. Só o Estado tem autoridade em seu território –

monopólio. Já a autonomia é a liberdade de tomar as próprias decisões. Note que autonomia não implica, necessariamente, soberania.

Quando falamos em soberania nacional, trata-se do direito exclusivo de uma autoridade a um território, sobre indivíduos, sendo um atributo de governo ou de uma agência de controle político ou por um indivíduo, como por exemplo, um Rei.

ESTADO E EDUCAÇÃO NO BRASIL

Uma das características mais marcantes da sociedade atual é seu alto grau de racionalização, isto é, cada vez mais organizado, em função do aproveitamento do tempo. A educação não fica fora dessa tendência e nem escapa dessa racionalização. Decide-se tudo, antecipadamente. Mas é possível se perguntar como se pode garantir o sucesso de um esquema assim quando se está tratando de seres humanos e de um processo tão especial quanto o processo educativo.

Sendo a educação um dos agentes de socialização dos indivíduos, ao planejar cada etapa do processo, não se estaria retirando dele sua principal característica que é o dinamismo, o qual possibilita os rearranjos necessários ao longo do caminho? Essa é uma questão a ser considerada, quando se pensa o papel do Estado na educação, em especial no que se refere ao planejamento e às políticas públicas voltadas à área da educação.

EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

O desenvolvimento está ligado ao capitalismo, o desenvolvimento econômico e diz respeito ao processo sistemático de acumulação de capital e incorporação do processo técnico ao trabalho, que resulta no aumento de salários e dos padrões de bem estar da sociedade.

As chamadas leis de mercado impulsionam e retroalimentam o processo de desenvolvimento ou, em caso de crise do sistema. Pode provocar uma retração. Isso não

significa exatamente que o desenvolvimento, regrida uma vez que o processo de acumulação de capitais e o processo técnico não param. Para se manter competitivo, um país não pode apresentar taxas de crescimento econômico muito inferior ao de outros concorrentes no mercado internacional.

O que se vê no Brasil e em vários lugares do mundo é, que a desigualdade nem sempre impede o crescimento econômico, mas sempre compromete o desenvolvimento global. Nenhum país cresce economicamente sem investir em educação. Sabe-se que a educação sozinha não é nem pode vir a ser promotora do desenvolvimento, mas é imprescindível que cada um, educador ou não, cumpra seu papel na busca de uma sociedade mais justa e pela promoção da mudança social progressista.

A mudança social pode ser considerada de 3 tipos: conservadora, progressista ou reacionária. O conservadorismo é a tendência sociopolítica em se opõe às mudanças previsíveis nos processos sociais evoluídos (econômicas, políticas, nos costumes); porque considera a situação presente satisfatória. Diferente da atitude anancástica de reagir beuroticamente às mudanças. O conservador defende as estruturas vigentes no Estado e em outras instituições, rejeitando mudanças, mesmo de forma (reforma), quanto mais as transformações nos seus fundamentos que abrangem todo o sistema (revolução).

O reacionarismo é o móvel ideológico que impulsiona as condutas de retorno a situações políticas ultrapassadas pelo progresso. Pretende restabelecer regras e instituições desaparecidas como necessidade do progresso social. Costuma se originar no anseio por privilégios econômicos, sociais e políticos ameaçados ou perdidos pela evolução sociopolítica. No plano filosófico, corresponde ao pessimismo e no plano cultural, à condenação da técnica, ao anticientificismo, à antimedicina e ao endeusamento da vida primitiva e natural.

Progressismo é a tendência que presume o curso da história como processo evolutivo previsível e que sustenta posições compatíveis com as etapas que se pode presumir aparecerão no futuro. Em sentido particular; o termo se confunde com o de defensor da justiça social ou de melhorismo político social (como o desenvolvimento). Mas pode ser usado para

significar o ponto de uma trajetória em relação a um objetivo a ser atingido por um móvel político ou individual qualquer.

Essas 3 posturas políticas são evolucionistas. Pressupõem que algumas mudanças representam uma tendência para fazer progredir, conservar ou retroagir a marcha do sistema social. Em sentido mais restrito, indicam o que traz melhoria, piora ou estabilidade em um processo ou desenvolvimento.

DESIGUALDADES SOCIAIS E EDUCAÇÃO

O que se pode perceber é que a esfera da sociedade sofrida com problemas relacionados à educação, à desigualdade e à exclusão é de crianças provenientes dos setores mais pobres da sociedade brasileira. Moram geralmente em condições miseráveis, seja em áreas rurais, ou em áreas urbanas. Nestas últimas, são moradores de favelas onde vivem um cotidiano de violência e marginalização ou ainda nas ruas, se as mínimas condições de vida. Elementos como esses desencadeiam o que se chama de marginalização cultural e que resulta nas alarmantes taxas de repetência e de evasão da educação básica.

Sem acesso à educação escolarizada e vivendo na sociedade como um “marginal cultural”, dificilmente se terá acesso aos direitos mínimos de cidadania. Essa realidade brasileira é ainda mais cruel com aqueles de origem africana, negros ou mestiços, que encontram dificuldade para ingressar no sistema formal de ensino e para concluir os anos de ensino obrigatório estabelecido por lei. Além de se configurar historicamente como um dos fatores que distanciaram as populações de origem africana do exercício da cidadania, a questão étnica ainda acaba sendo considerada, muitas vezes, como um fator de diferenciação entre os rendimentos salariais dos cidadãos.



Exercício de Aprendizagem

Releia o texto na seção “Para Examinar” e em seguida, responda:

1. Qual a relação entre Estado, Governo e Educação?
2. Você consegue perceber/identificar mudanças nas diretrizes educacionais da Educação Básica considerando momentos distintos da história política brasileira?
3. Pesquise sobre os usos da antiga disciplina de “Moral e Cívica” no Brasil: quando foi criada? Por que foi criada? Qual sua função? Quando ela caiu do currículo da Educação Básica no Brasil?
4. Discorra sobre isso: porque a sociologia deixou de ser uma disciplina integrante do currículo da Educação Básica no Brasil? Por que ela foi mais uma vez reintegrada nos idos dos anos 90?



Avaliação

Crerios de Avaliao das atividades propostas (Definir a funao da Avaliao: diagnostica somativa e formativa; caso haja mais de uma possibilidade, favor definir.)

As atividades apresentadas nesta Unidade I, tanto no livro-texto, quando no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) s3o de natureza formativa, todavia, n3o menos importante para o seu desempenho acad3mico. Lembre-se que este momento de discuss3o e estudo 3 de extrema import3ncia para seu sucesso ao longo do m3dulo, logo, n3o deixe de participar. Interaja com os tutores, com o professor e os demais colegas, vamos lapidar nossos conhecimentos juntos!

Lembre-se ainda que a participao permanente nestas atividades de mediao, bem como na realizao das atividades reflexivas sugeridas pelo seu livro-texto s3o necess3rias para voc3 como recurso de aprendizagem e desenvolvimento acad3mico, e como um par3metro de mensurao do sucesso, ou n3o, do nosso plano de ensino. Neste sentido, estude, pesquise, explore o tema, assita aos v3deos sugeridos e traga suas d3vidas/contribuioes para a coletividade. Esperamos sua presenaa l3!

UNIDADE 4:

Educação e Cotidiano no Brasil

Disciplina 6



Metas da Aula

Quais são os horizontes da Educação no Brasil? Nas últimas décadas, o Brasil passou por transformações profundas, tanto do ponto de vista político, quanto do ponto de vista econômico e cultural, não obstante, a realidade social brasileira ainda apresentava vários índices sociais desfavoráveis. Nesta Unidade, discutiremos a relação entre a permanência dessa estrutura social conservadora e suas implicações para o exercício da docência no Brasil, bem como, o papel da Educação para a transformação dessa realidade.



Para Examinar

O QUE ESPERAR DA ESCOLA DO FUTURO?

Estamos vivendo um momento de mudanças na área da educação. Está em execução um projeto do governo federal que beneficia milhares de escolas brasileiras com financiamentos a longo prazo, com juro baixo, destinando oito computadores/notebooks a cada escola, facilitando aos professores ter acesso a esta nova tecnologia a prestações em torno de cem reais. Isto reflete uma época em que os computadores cada vez mais acessíveis, a ampliação do acesso à Internet e a criação de novos jogos eletrônicos educativos, especialistas defendem que os docentes retomem um modelo pedagógico iniciado há mais de dois mil anos e os professores.

Se a informação no universo tecnológico está a um clique, o professor pode desaparecer? Na opinião de especialistas, a resposta é negativa. - O futuro abrirá oportunidades para os professores. Vivemos num contexto de aprendizagem permanente. As pessoas terão de estudar a vida toda - prevê o sociólogo Pedro Demo.

Para participar desse novo mundo, o docente deverá superar a resistência às tecnologias.

- Não adianta a escola ter equipamentos supermodernos se o professor não for preparado para gerenciar essas novas situações de aprendizagem. Quando surgiu a televisão,

muitos disseram: “é o fim da cultura”. Com a Internet, é a mesma coisa. Em vez de amaldiçoá-la, precisam aproveitá-la ao máximo. O desafio dos novos docentes é fazer com os estudantes ganhem autonomia para usar os recursos modernos. Muitos especialistas em educação acreditam que o interesse pela escola se restabelecerá quando os professores deixarem de apenas transmitir conteúdos e orientarem os alunos para que descubram o conhecimento por si próprios. O professor terá de despertar no estudante o desejo de pesquisar na Internet, de ir a campo para pesquisas e discutir com a turma - seja na sala de aula ou por meio de um programa de mensagens instantâneas como o MSN. Este método foi usado pelo filósofo grego Sócrates - quase cinco séculos antes do nascimento de Cristo - para estimular o aprendizado de seus discípulos, diz Jailson Valin em recente artigo publicado em ZH. “Não precisamos mais de um professor que copia, que repete, que é um papagaio, porque a parabólica e o DVD já fazem isso” - diz Pedro Demo, docente do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília e autor do livro *Professor do Futuro e Reconstrução do Conhecimento*. Eles concordam com muitos especialistas acham que com uso da Internet, alunos superam o desempenho esperado, que dizem: - Sempre que pesquisam na Internet, eles descobrem mais do que a gente pede. Nem sempre se precisa de máquinas para que os estudantes se envolvam no aprendizado: uma visita à Serra para estudar o relevo também permite que eles façam descobertas. Precisamos nos sintonizar com o mundo deles. Muitos professores já fazem isto, e já utilizam o laboratório de informática da escola buscando uma adaptação às novas possibilidades do ensino.

É claro que o professor deve conhecer e estar familiarizado o suficiente com a internet para conduzir o processo e evitar o mau uso das tecnologias, mas isto não tira o seu valor nem deixa de ampliar suas possibilidades.

Algumas tendências a respeito da escola do futuro já referidas por especialistas como Silvia Fichmann, coordenadora de laboratório da Escola do Futuro da Universidade de São Paulo (USP), Pedro Demo, professor do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília,

Hamilton Werneck, pedagogo, Gabriel Perissé, doutor em Filosofia da Educação, Nihad Bassis, especialista em projetos educacionais baseados em tecnologia, José Manuel Moran, especialista em avaliação de cursos à distância, Nelsi Müller, secretária da Educação do estado do RS - prevêem que a escola continuará sendo o principal espaço para atividades de educação, mas empresas e outros locais ampliarão a oferta de aulas. Cursos e lições à distância ganharão impulso com a popularização da Internet e atenderão especialmente adultos. Quanto mais jovem o aluno, mais tempo ficará dentro da sala de aula para aprender a conviver em grupo.

Em vez da abordagem de disciplinas de forma isolada, os assuntos terão o enfoque interdisciplinar, como ocorre hoje com os temas que transcendem uma única matéria. As escolas, por orientação do Ministério da Educação, escolhem temas, como trânsito, por exemplo, e procuram tratá-lo em diversas disciplinas. As aulas se desenvolverão a partir de bases principais, nas quais se encaixarão as atuais matérias: a filosofia, para estimular o pensamento e a criatividade, a linguagem, para que o aluno aprenda a se comunicar, e matemática, para desenvolver o raciocínio lógico.

Estas tendências apontam que em vez de evoluir por séries ou semestres, o estudante terá a oportunidade de escolher mais cursos conforme seu perfil até completar o número mínimo de horas. Esse processo se intensificará a partir do Ensino Médio. Haverá aulas expositivas, nas quais o professor dialogará com os alunos, mas o estudo será focado na troca de experiências e na realização de pesquisas online. O professor estimulará a organização de projetos para que o estudante desenvolva habilidades consideradas fundamentais no início do novo milênio. O objetivo é que ele identifique problemas, pesquise, tome decisões e se comunique com eficácia. Em vez de estudar em um espaço fixo, o estudante se deslocará para diferentes laboratórios, conforme a lição e os recursos tecnológicos necessários a um determinado aprendizado.

O Professor terá um novo papel, que vai além de apenas transmitir conhecimentos. Ele orientará e motivará os alunos. Os alunos acompanharão lições por meio de recursos audiovisuais, em vez do tradicional quadro-negro.

Eles passarão a freqüentar ambientes virtuais, onde farão simulações. Por meio delas, o estudante reviverá situações históricas, participará de julgamentos em tribunais ou até se transformará num personagem de um romance, como num jogo educativo tipo RPG, por exemplo. Os alunos e professores usarão tecnologias semelhantes ao E-mule, Torrent ou Kazaa, que permite a troca de músicas e vídeos pela Internet, para a comunicação virtual. Pelo sistema, compartilharão informações e aplicativos. Os estudantes terão a chance de rever uma aula, disponível em vídeo, para revisar conteúdos. Também poderão consultar centros de materiais educacionais, que terão atendimento online de tira-dúvidas e oferecerão aos professores o aluguel de salas virtuais ou laboratórios específicos. Os livros didáticos perderão importância, mas não desaparecerão. Servirão como uma referência para consulta. Os professores, com a participação dos próprios alunos, avaliarão muito mais processos do que resultados.

Tudo isto pode parecer assustador para alguém que utiliza métodos que mudaram pouco através de muitos séculos mas agora marcham aceleradamente. Exige do docente uma boa dose de flexibilidade e abertura, pois para acompanhar estas mudanças precisa dia a dia reambientar-se num mundo de novos procedimentos, novos recursos que é preciso ir dominando passo a passo numa atitude predisposta para uma transformação positiva.

SABBI, Deroní. O que esperar da Escola no Futuro? Disponível em: <http://meuartigo.brasilecola.com/educacao/o-que-esperar-escola-futuro.htm>. (Acessado em 19 de março de 2013)



Acesse

Pro Dia Nascer Feliz. Definido pelo próprio diretor como “um diário de observação da vida do adolescente no Brasil em seis escolas”, Pro Dia Nascer Feliz flagra o dia-a-dia e adentra a subjetividade de alunas e professores de Pernambuco, São Paulo e Rio de Janeiro. As entrevistas são intercaladas com seqüências de observação do ambiente das escolas - meio, por sinal, bem pouco freqüentado pelo documentário. Sem exercer interferência direta, a câmera flagra salas de aula, esquadrinha corredores, pátios e banheiros, testemunha uma reunião de conselho de classe (onde os professores decidem o destino curricular dos alunos “difíceis”) e momentos de relativa intimidade pessoal. Disponível em: [http://www.interfilmes.com/filme_16779_Pro.Dia.Nascer.Feliz-\(Pro.Dia.Nascer.Feliz\).html](http://www.interfilmes.com/filme_16779_Pro.Dia.Nascer.Feliz-(Pro.Dia.Nascer.Feliz).html). (Acessado em 19 de março de 2013)



Identificação de Demanda para Estudos e Pesquisas

Você já buscou dados e informações sobre a Educação em Alagoas? Não?! Que tal começar a fazer isso hoje? Se comparados com outros Estados da federação, Alagoas apresenta níveis alarmantes de analfabetismo total e funcional, tanto acima dos demais Estados, quanto acima das próprias médias regional e nacional. Por quê?

Naturalmente que esta questão é muito séria e densa para ser respondida com meros “achismos”, todavia, é importante, neste momento, refletir sobre essa realidade. Visite o site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE/Conferir: www.ibge.gov.br) e confira estes dados você mesmo. Tente ainda verificar o nível de analfabetismo total e funcional do seu município. Lembre-se sempre que estas questões serão sempre caras a nós educadores.

EDUCAÇÃO NO BRASIL

Ao propor uma reflexão sobre a educação brasileira, vale lembrar que só em meados do século XX o processo de expansão da escolarização básica no país começou, e que o seu crescimento, em termos de rede pública de ensino, se deu no fim dos anos 1970 e início dos anos 1980.

Com isso posto, podemos nos voltar aos dados nacionais:

O Brasil ocupa o 53º lugar em educação, entre 65 países avaliados (PISA). Mesmo com o programa social que incentivou a matrícula de 98% de crianças entre 6 e 12 anos, 731 mil crianças ainda estão fora da escola (IBGE). O analfabetismo funcional de pessoas entre 15 e 64 anos foi registrado em 28% no ano de 2009 (IBOPE); 34% dos alunos que chegam ao 5º ano de escolarização ainda não conseguem ler (Todos pela Educação); 20% dos jovens que concluem o ensino fundamental, e que moram nas grandes cidades, não dominam o uso da leitura e da escrita (Todos pela Educação). Professores recebem menos que o piso salarial (et. al., na mídia).

Frente aos dados, muitos podem se tornar críticos e até se indagar com questões a respeito dos avanços, concluindo que “se a sociedade muda, a escola só poderia evoluir com ela!”. Talvez o bom senso sugerisse pensarmos dessa forma. Entretanto, podemos notar que a evolução da sociedade, de certo modo, faz com que a escola se adapte para uma vida moderna, mas de maneira defensiva, tardia, sem garantir a elevação do nível da educação.

Logo, agora não mais pelo bom senso e sim pelo costume, a “culpa” tenderia a cair sobre o profissional docente. Dessa forma, os professores se tornam alvos ou ficam no fogo cruzado de muitas esperanças sociais e políticas em crise nos dias atuais. As críticas externas ao sistema educacional cobram dos professores cada vez mais trabalho, como se a educação, sozinha, tivesse que resolver todos os problemas sociais.

Já sabemos que não basta, como se pensou nos anos 1950 e 1960, dotar professores de livros e novos materiais pedagógicos. O fato é que a qualidade da educação está fortemente aliada à qualidade da formação dos professores. Outro fato é que o que o professor pensa sobre o ensino determina o que o professor faz quando ensina.

O desenvolvimento dos professores é uma pré-condição para o desenvolvimento da escola e, em geral, a experiência demonstra que os docentes são maus executores das ideias dos outros. Nenhuma reforma, inovação ou transformação – como queira chamar – perdura sem o docente.

É preciso abandonar a crença de que as atitudes dos professores só se modificam na medida em que os docentes percebem resultados positivos na aprendizagem dos alunos. Para uma mudança efetiva de crença e de atitude, caberia considerar os professores como sujeitos. Sujeitos que, em atividade profissional, são levados a se envolver em situações formais de aprendizagem.

Mudanças profundas só acontecerão quando a formação dos professores deixar de ser um processo de atualização, feita de cima para baixo, e se converter em um verdadeiro processo de aprendizagem, como um ganho individual e coletivo, e não como uma agressão.

Certamente, os professores não podem ser tomados como atores únicos nesse cenário. Podemos concordar que tal situação também é resultado de pouco engajamento e pressão por parte da população como um todo, que contribui à lentidão. Ainda sem citar o corporativismo das instâncias responsáveis pela gestão – não só do sistema de ensino, mas também das unidades escolares – e também os muitos de nossos contemporâneos que pensam, sem ousar dizer em voz alta, “que se todos fossem instruídos, quem varreria as ruas?”; ou que não veem problema “em dispensar a todos das formações de alto nível, quando os empregos disponíveis não as exigem”.

Enquanto isso, nós continuamos longe de atingir a meta de alfabetizar todas as crianças até os 8 anos de idade e carregando o fardo de um baixo desempenho no IDEB. Com o índice de aprovação na média de 0 a 10, os estudantes brasileiros tiveram a pontuação de 4,6 em 2009. A meta do

país é de chegar a 6 em 2022. (Por Eliane da Costa Bruini/ Disponível em: www.brasilecola.com/educacao). (Acessado em 19 de março de 2013)

A ESCOLA COMO ESPAÇO DE INCLUSÃO NO CENÁRIO DE DESIGUALDADES

Nosso país tem uma grande parcela de jovens que ainda se encontra excluída do sistema educacional, pelo descaso social, com necessidades de trabalhar para o sustento de suas famílias, tendo que às vezes ter tempo para procurar emprego, ou fazer “bicos”. O incentivo que não existe a esse jovem que se encontra marginalizado pela sociedade, por questões sociais, “desigualdades” e até a estrutura familiar, vem contribuir para sua exclusão.

Boa parte de nossa infância e adolescência se dá na escola. A escola com função social de democratizar conhecimentos e formar cidadãos conscientes, participativos e atuantes é um direito de todos.

Os jovens aqui citados são jovens que estão fora dessa realidade, sem perspectivas, pois trocam o direito de estarem na escola para trabalharem, ou por se encontrarem excluídos procuram o mundo da marginalização, sem até mesmo terem opção.

A temática “exclusão” é um problema global que afeta a todos, onde os excluídos sem perspectivas procuram saídas às vezes sem volta e os que consideram incluídos numa sociedade de direitos são afetados pela repercussão que esse problema social gera. Tendo em vista esta discussão sobre exclusão, consideramos a escola como berço do jovem para o exercício da cidadania.

A contribuição de todos é necessária para erradicar este problema. Poderes públicos e privados, ONG’s, assistentes sociais, educadores, comunidade, sociedade em geral devem firmar parcerias.

Discussões em todas as instâncias devem acontecer, para projetarmos responsabilidades e ações. Várias propostas de projeto são lançadas com o propósito de somar a tamanho

descaso, porém sua viabilidade depende da unificação de uma classe atuante a favor do direito de todo jovem na escola.

Acreditamos que através da cidadania, participação, democratização, co-responsabilidade, cooperação, parcerias, teremos um norte para trabalharmos em prol de mudanças, “inclusão” de nossos jovens. (Por Rodney Marcelo/Disponível em: www.brasile scola.com/educacao). (Acessado em 19 de março de 2013)

A VEZ DA EDUCAÇÃO

Alvíssaras! Parece que, finalmente, o diagnóstico consensual sobre a necessidade de dar prioridade à educação está deixando de ser só discurso.

Manchete da **Folha** no domingo revelou que os gastos do governo federal no setor cresceram 25% em 2012. Outra reportagem, de “Cotidiano”, trouxe os números para a vida real, mostrando os resultados do Ciência sem Fronteiras, programa federal cuja meta é enviar 101 mil brasileiros para estudar no exterior até 2016. Problemas à parte, é o mais ambicioso plano de bolsas de estudo já posto em prática no país.

A medida do governo Dilma tem contrapartida na iniciativa privada. Parte do empresariado, normalmente pouco afeito à filantropia, parece ter descoberto que pode fazer a diferença num cenário que os atinge diretamente. Se o fazem mais por interesse próprio que por responsabilidade social, é uma discussão inútil.

O fato é que o sistema educacional brasileiro precisa avançar a passos gigantes para superar carências históricas que começam na alfabetização e explodem no profissional que chega ao mercado de trabalho.

No ensino fundamental, nossos alunos ainda não sabem o básico de matemática e português. No superior, milhares de jovens já conseguem frequentar uma faculdade, mas dela saem incapazes de fazer frente às necessidades de um país em desenvolvimento. Do começo ao fim da vida escolar, cada passo adiante só mostra o quanto ainda falta para o Brasil chegar lá, no grupo dos (mais ou menos) desenvolvidos.

Nesse cenário, notícias de empresários patrocinando fundações ou passando o chapéu entre os pares para implantar cursos de alta qualificação é algo a comemorar. Mesmo porque, também em matéria de filantropia, o Brasil só engatinha. Em Nova York, um milionário acabou de doar US\$ 350 milhões para a Universidade Cornell criar, em parceria com a prefeitura, um campus de tecnologia. Dá para concorrer? (Por Vera Guimarães Martins/Disponível em Folha de São Paulo, 23/01/2013).



Exercício de Aprendizagem

Leia o texto abaixo e em seguida, responda as questões:

BOURDIEU E A EDUCAÇÃO

A partir dos anos 1960, e durante quase 45 anos, Pierre Bourdieu produziu um conjunto de análises no âmbito da sociologia da educação e da cultura que influenciou decisivamente algumas gerações de intelectuais, obtendo o reconhecimento de pesquisadores, estudantes e ativistas que atuam em várias outras esferas da sociedade. Em “Uma sociologia da produção do mundo cultural e escolar”, introdução a Escritos de educação (1998), que reúne 12 textos do sociólogo francês, Maria A. Nogueira e Afrânio Catani escrevem o seguinte: “Ao mesmo tempo em que colocava novos questionamentos, sua obra fornecia respostas originais, renovando o pensamento sociológico sobre as funções e o funcionamento social dos sistemas de ensino nas sociedades contemporâneas, e sobre as relações que mantêm os diferentes grupos sociais com a escola e com o saber. Conceitos e categorias analíticas por ele construídos constituem hoje a corrente da pesquisa educacional, impregnando boa parte das análises brasileiras sobre as condições de produção e de distribuição dos bens culturais e simbólicos, entre os quais se incluem os produtos escolares”.

Bourdieu, em seus escritos, procurou questionar, nas sociedades de classes, temática que persegue muitos intelectuais: a compreensão de como e por que pequenos grupos de indivíduos conseguem se apoderar dos meios de

dominação, permitindo nomear e representar a realidade, construindo categorias, classificações e visões de mundo às quais todos os outros são obrigados a se referir. Compreender o mundo, para ele, converte-se em poderoso instrumento de libertação – é esse procedimento que ele realiza, dentre outros domínios, no educacional.

A cultura vem a ser um sistema de significações hierarquizadas, tornando-se um móvel de lutas entre grupos sociais cuja finalidade é a de manter distanciamentos distintivos entre classes sociais. A dominação cultural se expressa na fórmula segundo a qual a cada posição na hierarquia social corresponde uma cultura específica (elitista, média, de massa), caracterizadas respectivamente pela distinção, pela pretensão e pela privação. Definida por gostos e formas de apreciação estética, a cultura é central no processo de dominação; é a imposição da cultura dominante como sendo “a cultura” que faz com que as classes dominadas atribuam sua situação subalterna à sua suposta deficiência cultural, e não à imposição pura e simples. O sistema de ensino desempenha papel de realce na reprodução dessa relação de dominação cultural, funcionando ainda, para Bento Prado Jr., “como chancela de diferenças culturais e lingüísticas já dadas, antes da escolarização, no quadro da socialização primeira, que é necessariamente diferencial, segundo a inscrição das famílias nas diferentes classes sociais. (...) O código lingüístico da burguesia (com seus cacoetes, idiotismos, sua particularidade) será encontrado, pelos futuros notáveis, nas salas de aula, como a linguagem da razão, da cultura, numa palavra, como elemento ou horizonte da Verdade. O particular é arbitrariamente erigido em universal e o ‘capital cultural’ adquirido na esfera doméstica, pelos filhos da burguesia, lhes assegura um privilégio considerável no destino escolar e profissional. No Destino, enfim” (“A Educação depois de 1968”, em Os Descaminhos da Educação, ed. Brasiliense).

A função do sistema de ensino é servir de instrumento de legitimação das desigualdades sociais. Longe de ser libertadora, a escola é conservadora e mantém a dominação dos dominantes sobre as classes populares, sendo representada como um instrumento de reforço das

desigualdades e como reprodutora cultural, pois há o acesso desigual à cultura segundo a origem de classe.

O filósofo idealista Alain (Émile Chartier, 1868-1951) foi professor durante décadas na Khâgne (classes preparatórias às Escolas Normais nas áreas de letras e filosofia, onde são recrutados os intelectuais de maior prestígio no campo intelectual francês) do Lycée Henri IV (Paris) tendo, dentre centenas de outros alunos, Raymond Aron, Simone Weill e Georges Canguilhem. Em 1932, Alain escrevia em *Propos sur l'éducation – Pédagogie enfantine*, de maneira apologética, que “se pode perfeitamente dizer que não há pensamento a não ser na escola”.

Bourdieu construirá sua trajetória analítica no domínio da sociologia da educação procurando o por-se a um idealismo como o preconizado por Alain, em que a reflexão é destituída de qualquer fundamento histórico, como na velha tradição francesa. Em artigo de 1966, “A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura”, rompe com as explicações fundadas em aptidões naturais e individuais e critica o mito do “dom”, desvendando as condições sociais e culturais que permitiriam o desenvolvimento desse mito. Desmonta, também, os mecanismos através dos quais o sistema de ensino transforma as diferenças iniciais – resultado da transmissão familiar da herança cultural – em desigualdades de destino escolar. Explora a relação com o saber, em detrimento do saber em si mesmo, mostrando como os estudantes provenientes de famílias desprovidas de capital cultural apresentarão uma relação com as obras da cultura veiculadas pela escola que tende a ser interessada, laboriosa, tensa, esforçada, enquanto para os alunos originários de meios culturalmente privilegiados essa relação está marcada pelo diletantismo, desenvoltura, elegância, facilidade verbal “natural”. Ao avaliar o desempenho dos alunos, a escola leva em conta, conscientemente ou não, esse modo de aquisição e uso do saber.

Segundo Bourdieu, “para que sejam desfavorecidos os mais favorecidos, é necessário e suficiente que a escola ignore, no âmbito dos conteúdos do ensino que transmite, dos métodos e técnicas de transmissão e dos critérios de avaliação, as desigualdades culturais entre as crianças das

diferentes classes sociais. Tratando todos os educandos, por mais desiguais que sejam eles de fato, como iguais em direitos e deveres, o sistema escolar é levado a dar sua sanção às desigualdades iniciais diante da cultura”.

Bourdieu constrói seu esquema analítico relativo ao sistema escolar e às relações não explícitas que o ancoram em uma longa trajetória que envolve análises empíricas objetivas, centradas em estatísticas da situação escolar francesa. Já em 1964, em *Les étudiants et leurs études* (Os estudantes e seus estudos) e *Les héritiers. Les étudiants et la culture* (Os herdeiros. Os estudantes e a cultura), escritos com Jean-Claude Passeron, examina como os estudantes se relacionam com a estrutura do sistema escolar e como são nele representados, e constata a desigual representação das diferentes classes sociais no sistema superior. Investiga a cultura “legítima”, aquela das classes privilegiadas que é validada nos exames escolares e nos diplomas outorgados, e o ensino, aquele que autentica um corpo de conhecimentos, de saber-fazer e, sobretudo, de saber dizer, que constitui o patrimônio das classes cultivadas.

O fato de desvendar as desigualdades do ensino francês, tanto como sistema como em seu interior, significa uma grande mudança no pressuposto já canonizado – principalmente com Durkheim, que personifica o ideal da Terceira República (1870-1940), conhecida como “A República dos Professores” –, em que a escola deveria fornecer a educação para todos os indivíduos, proporcionando-lhes instrumentos que pudessem garantir sua liberdade, mas, também, sua ascensão social.

Ao afirmar que o sistema escolar institui fronteiras sociais análogas às que separavam a grande nobreza da pequena nobreza, e esta dos simples plebeus, ao instaurar uma ruptura entre os alunos das grandes escolas e os das faculdades (ao analisar o campo universitário francês e o papel das Grandes Écoles), Bourdieu desvela a cruza da desigualdade social e, ao mesmo tempo, como ela é simulada no sistema escolar e entranhada nas estruturas cognitivas dos participantes desse universo – professores, alunos, dirigentes.

Assim, a instituição escolar é vista como desempenhando uma grande função de produção de diferenças cognitivas, uma vez que ajuda a produzir esquemas de apreciação, percepção e ação do mundo social por via da internalização dos sistemas classificatórios dominantes no mundo social global.

Suas análises da educação, então, passam a pertencer ao campo da sociologia do conhecimento e da sociologia do poder, pois como ele mesmo afirma, longe de ser uma ciência aplicada e adequada somente aos pedagogos, ela se situa na base de uma antropologia geral do poder e da legitimidade, porquanto se detém “nos mecanismos responsáveis pela reprodução das estruturas sociais e pela reprodução das estruturas mentais”.

Para Loïc Wacquant, Bourdieu oferece uma anatomia da produção do novo capital [o cultural] e uma análise dos efeitos sociais de sua circulação nos vários campos envolvidos no trabalho de dominação. Em *La noblesse d'État* (A nobreza do Estado) comprova e reforça suas teses iniciais sobre o sistema de ensino e a “relação de colisão e colusão, de autonomia e cumplicidade, de distância e de dependência entre poder material e poder simbólico”. Sua sociologia da educação é, antes de tudo, uma “antropologia generativa dos poderes focada na contribuição especial que as formas simbólicas dão à respectiva operação, conversão e naturalização. (...) O interesse de Bourdieu pela escola derivado papel que ele lhe atribui como garantidor da ordem social contemporânea via magia do Estado que consagra as divisões sociais, inscrevendo-as simultaneamente na objetividade das distribuições materiais e na subjetividade das classificações cognitivas”.

A apropriação do autor no campo educacional brasileiro ocorre de forma mais incisiva no uso de suas noções mais evidentes e, não raramente, desvinculadas de sua epistemologia. É por isso que podemos encontrar os “teóricos” de Bourdieu, os “ativistas” e, de forma menos usual, aqueles que se apropriam de sua “prática epistemológica”. Constatase a necessidade de re-conhecer o autor, buscando o entendimento da teoria sociológica que embasa suas noções mais conhecidas e também mais banalizadas, assim como o

sentido da percepção do mundo social que tal teoria informa. Bourdieu nos ensina que toda prática humana encontra-se imersa em uma ordem social, sobretudo essa categoria específica de práticas inerentes ao mundo acadêmico. Fazer uma sociologia da educação bourdieusiana, analisando o papel do sistema de ensino na consagração das divisões sociais e consolidando um novo modo de dominação, torna-se um desafio até para os acadêmicos mais ousados.

Ana Paula Hey é professora no Programa de Pós-Graduação em Educação da UESP e autora do livro *Esboço de uma sociologia do campo acadêmico: A educação superior no Brasil (EDUFSCar/FAPESP)*

Afrânio Mendes Catani é professor na Faculdade de Educação da USP e pesquisador do CNPq. Organizou, com Maria Alice Nogueira, *Escritos de educação (Vozes)*, reunindo ensaios de Pierre Bourdieu.

Texto de Bourdieu sobre Educação: “Escritos sobre a Educação”, 1997.

Questões para reflexão e pesquisa:

1. Quem foi Pierre Bourdieu? Procure informações sobre o seu processo pessoal de formação/educação.
2. Agora pense: será que a barreira da dominação social de que fala Bourdieu é intransponível?
3. Será que estamos condenados a reproduzir as estruturas indefinidamente?

Critérios de Avaliação das atividades propostas (Definir a função da Avaliação: diagnóstica somativa e formativa; caso haja mais de uma possibilidade, favor definir.)

As atividades apresentadas nesta Unidade I, tanto no livro-texto, quando no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) são de natureza formativa, todavia, não menos importante para o seu desempenho acadêmico. Lembre-se que este momento de discussão e estudo é de extrema importância para seu sucesso ao longo do módulo, logo, não deixe de participar. Interaja com os tutores, com o professor e os demais colegas, vamos lapidar nossos conhecimentos juntos!

Lembre-se ainda que a participação permanente nestas atividades de mediação, bem como na realização das atividades reflexivas sugeridas pelo seu livro-texto são necessárias tanto para você, como recurso de aprendizagem e desenvolvimento acadêmico, quanto para nós como um parâmetro de mensuração do sucesso ou não do nosso plano de ensino. Neste sentido, estude, pesquise, explore o tema, assita aos vídeos sugeridos e traga suas dúvidas/contribuições para a coletividade.

Esperamos sua presença lá!

UNIDADE 5:

O Ensino da Sociologia

Disciplina 6



Metas da Aula

Como mediar a Educação e a Sociologia? Esta disciplina trata, especialmente, da formação docente em linhas gerais. Familiarizando você com sua futura carreira profissional. Não é nosso objetivo aqui instruí-lo em todos os aspectos da sua formação pedagógica, muito pelo contrário. Esta é tão somente uma disciplina inicial que visa aproximá-lo desse universo e com as questões seminais que rondam hoje os dilemas e as virtudes do exercício da docência na Educação Básica. Não obstante, na reta final da nossa disciplina, ainda que você tenha espaço específico para essa discussão futuramente ao longo do seu curso, vale a pena, desde já, aproximá-lo da mediação entre Educação e Sociologia.



Para Examinar

LICENCIATURA OU A FORMAÇÃO DO PROFESSOR DE SOCIOLOGIA

É sabido que na criação da Universidade de São Paulo e de seu “núcleo integrador” (Silva, 1999), a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL), não se tinha como propósito central a formação de professores (cf. Antunha, 1984; Fétizon, 1984). Entendida como a única saída para superar a “derrota militar de 32”, a universidade consubstanciava a “ciência” e a “perseverança” para os paulistas voltarem “à hegemonia que durante anos desfrutáramos no seio da Federação” (cf. Antunha, 1984; Cardoso, 1999). A FFCL, reunindo “cadeiras gerais”, “eliminadas dos diferentes institutos” (Faculdade de Direito, Faculdade de Odontologia, Faculdade de Medicina, Escola Politécnica etc.), “deveria oferecer os cursos básicos para todos os alunos da Universidade” (Antunha, 1984); por outro lado, seria “uma instituição dedicada aos altos estudos em quaisquer ramos da filosofia, ciências e letras” (Idem, ibidem).

Embora integrado à USP em 1934, o Instituto de Educação manteve-se separado, recebendo alunos da

FFCL7 e oferecendo-lhes curso de formação de professores para a escola secundária (cf. Fétizon, 1984; Barros, 2002). Em 1938, o Instituto de Educação é transformado em Seção de Educação, posteriormente de Pedagogia, da FFCL, tendo seus professores sido integrados ao quadro com status igual ao dos professores da universidade (cf. Fétizon, 1984; Silva, 1999)⁸. Desde então, aprofundando-se a partir de 1969 com a Reforma Universitária (cf. Barros, 2002), que desintegrou de vez a antiga FFCL em várias faculdades, institutos e escolas (Instituto de Física, Instituto de Química, Instituto de Matemática e Estatística, Escola de Comunicações e Artes, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas) e criou a Faculdade de Educação, há uma relação difícil entre o bacharelado e a licenciatura, constituindo cursos com objetivos diversos: um forma pesquisadores ou técnicos e o outro forma professores. Na maior parte dos cursos há um desequilíbrio entre a formação do bacharel e a do licenciado, embora nesses seja impossível legalmente licenciar-se sem concluir o bacharelado (é o caso dos cursos da FFLCH). Para mais de 2.000 horas do bacharelado, somam-se 660 horas de licenciatura (360 horas de disciplinas teóricas + 300 horas de estágio). Se tomarmos as disciplinas Metodologia do Ensino de Ciências Sociais I e II, que tratam especificamente da formação do professor de sociologia, contamos 360 horas (120 horas de disciplinas teóricas + 240 horas de estágio). As outras disciplinas da licenciatura somam 360 horas (300 horas de disciplinas teóricas + 60 horas de estágio) e correspondem a estudos de políticas educacionais, didática, psicologia da educação e uma disciplina que, segundo o espírito que a concebeu, deveria contemplar estudos históricos, filosóficos, sociológicos e psicológicos da educação, o que não acontece, devido à especialização dos professores responsáveis.

Esse resumo crítico tem por objetivo registrar para o debate essa situação insatisfatória em que se encontra a formação de professores na principal universidade do país, que, se não conseguiu apresentar uma solução para o problema, tem servido de modelo desde os anos de 1930.

Isso não quer dizer que ao longo desses quase setenta anos não se tenham feito tentativas de mudanças. Mas as experiências implantadas nunca foram avaliadas porque constituíam mudanças apenas, não experiências; e as outras mudanças propostas ou não foram efetivadas ou foram de uma timidez desmoralizante ou acomodatória.

A experiência desses cerca de cinco anos como professor de Metodologia do Ensino de Ciências Sociais, adicionada de dez anos de exercício do ensino de sociologia na escola média, levam-me a crer que quando os professores clamam por “conteúdos programáticos mínimos” de sociologia ou material didático adequado, acabam por manifestar uma formação deficiente para o exercício do magistério em nível médio. Parece que a “excelência” característica do bacharelado não é suficiente para superar as falhas da licenciatura. Eu e os meus alunos, egressos da FFLCH-USP, ao chegarmos na Feusp (eu em 1979, eles a partir de 1997), queremos informações, quase-receitas de como se dá aula: métodos que sejam modernos, bibliografias que sejam adequadas, programas que sejam interessantes, ou seja, a garantia do êxito. Como a instituição universitária garante aos professores autoridade e sugere competência, logo esses alunos acomodam sua ansiedade e acatam um tom mais “reflexivo” do que “ativo” que nós os professores damos às disciplinas da licenciatura.

A nova LDB (Lei n° 9.394/96) tem ensejado também uma reforma no ensino superior. No que se refere às “Diretrizes Curriculares para Cursos de Graduação em Ciências Sociais”, encontramos no “item 2. Competências e Habilidades B) Específicas para a licenciatura”, o seguinte: “domínio dos conteúdos básicos que são objeto de ensino e aprendizagem no ensino fundamental e médio; domínio dos métodos e técnicas pedagógicos que permitem a transposição do conhecimento para os diferentes níveis de ensino”. No item 4, “Conteúdos Curriculares”, último parágrafo, temos: “No caso da licenciatura, deverão ser incluídos os conteúdos definidos para a educação básica, as didáticas próprias de cada conteúdo e as pesquisas que

as embasam". No item 5, "Estruturação do Curso", encontramos: "O curso de licenciatura deverá ser orientado também pelas Diretrizes para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica em cursos de nível superior" (Pareceres CNE/CES 492/2001 e CNE/CP 9/2001, 27/2001, 1/2002).

Essa longa citação visa apenas a ressaltar que na atual legislação e diretrizes curriculares há uma explícita referência aos conteúdos de formação do licenciado e uma recorrente alusão a conteúdos da educação básica a serem incluídos no curso. Está certo que quando o documento diz "o curso de licenciatura deverá ser orientado também pelas Diretrizes Curriculares para a Formação Inicial de Professor de Educação Básica em cursos de nível superior", não se pode esquecer que essas diretrizes foram concebidas segundo a idéia de superação entre licenciatura e bacharelado e a proposta de criação de Institutos Superiores de Educação (ISE), responsáveis pela formação inicial dos educadores fora das universidades (Pareceres CNE/CES 492/2001 e CNE/CP 9/2001, 27/2001, 1/2002).

Desde o ano de 2001 vêm ocorrendo debates sobre a reforma da licenciatura na USP. O Conselho de Graduação nomeou uma Comissão Permanente de Licenciatura, formada por representantes da Faculdade de Educação e dos demais institutos e faculdades da USP que mantêm cursos de licenciatura, para elaborar uma proposta de reforma. Ao fim de um ano, após passar pela comissão central, pelas faculdades, institutos e pela Faculdade de Educação e retornar à comissão central, consolidou-se um documento denominado "Projeto de Formação de Professores na USP", que foi encaminhado para novos debates e sugestões nas unidades e em audiências públicas.

Não caberia aqui apresentar uma exaustiva análise do documento. Apenas algumas considerações me serviriam para apresentar uma alternativa na seqüência.

Primeiramente, naquilo que o documento pode ser aceito

como interessante e quase unânime, ele revela-se como “carta de intenções” - é a parte referente aos princípios: valorização da licenciatura e do magistério, da democratização do ensino, da aproximação da universidade das escolas da rede pública etc.; no que se refere à operacionalização, o documento fica entre a timidez e a ambigüidade - ou uma “trivial” nova disciplina, sem se definir a unidade responsável, podendo ser o instituto de origem do aluno, qualquer outra unidade da USP ou mesmo a Faculdade de Educação que ofereça uma disciplina optativa pela qual o aluno está obrigado a optar; ou uma definição de disciplina na unidade, ligada ao ensino, de caráter instrumental, confundindo-se muitas vezes com a própria metodologia do ensino (Projeto de Formação de Professores na USP, 2001).

Na Feusp, o documento recebeu poucas emendas do Departamento de Administração Escolar e Economia da Educação (EDA) e do Departamento de Filosofia da Educação e Ciências da Educação (EDF). No do Departamento de Metodologia do Ensino e Educação Comparada (EDM) sofreu profunda crítica, gerando, pode-se dizer, um projeto alternativo ou substitutivo (Circular CG/Feusp 04/2002; Of. EDM/196/2002/FE/3.4.2002).

Como membro da Comissão de Graduação da Feusp e do EDM, tenho participado, desde o início, de todas essas discussões. Em conjunto com outros professores, entendo que uma proposta para a reforma da licenciatura que tenha profundidade e radicalidade deve integrar três áreas de conhecimentos (teóricos e práticos) necessários para a formação do professor da educação básica:

1. *Conhecimentos específicos: no caso das ciências sociais, sociologia, antropologia, ciência política, metodologia da pesquisa, obrigatórias e optativas, gerais e especiais.*

2. *Conhecimentos pedagógicos: formação em disciplinas que tomam o fenômeno educacional e escolar como objeto, psicologia, história, filosofia, sociologia da educação e políticas educacionais e gestão escolar.*

3. *Conhecimentos metodológicos e epistemológicos sobre o ensino: conjunto de disciplinas de integração entre (1) e (2) que tratam de conteúdos, didáticas e pesquisas sobre o ensino de ciências sociais para a educação básica.*

Sobre essa área (3) tenho a acrescentar ainda duas considerações:

· Entende-se que os “conteúdos definidos para a educação básica” não podem ser pensados separadamente de uma “epistemologia” própria das ciências que dão origem às disciplinas escolares; que essa epistemologia, embora fundamental, não se confunde com a metodologia do ensino da disciplina escolar; que as pesquisas sobre o ensino das disciplinas escolares devem fazer parte de programas de pós-graduação interunidades.

· A curto prazo não se pode alterar o nome consagrado de “sociologia” para a disciplina do ensino médio, pode-se iniciar o processo de mudança para, por exemplo, “ciências sociais”, como muitos vêm solicitando há algum tempo, mas não podemos condicionar nada a essa mudança.

A sociologia apareceu no nível médio antes que surgissem cursos superiores de ciências sociais, donde a dificuldade de alterar o nome; a disciplina sociologia tem servido como espaço curricular para o efetivo desenvolvimento e transmissão de conteúdos de ciências sociais como um todo: sociologia, antropologia, ciência política e até direito e economia. Basta ler as propostas curriculares da Cenp (1986 e 1992), PCN (1999) e os livros didáticos para o ensino médio que ostentam o nome de sociologia, ou mesmo os “projetos de cursos” elaborados por meus alunos, para ver que os autores não se restringem à sociologia.

MORAES, Amaury Cesar. Licenciatura em ciências sociais e ensino de sociologia: entre o balanço e o relato. Tempo soc. [online]. 2003, vol.15, n.1, pp. 5-20. ISSN 0103-2070.



Identificação de Demanda para Estudos e Pesquisas

Considerando as leituras que faremos nesta Unidade, tanto sobre teoria social, quanto sobre os dilemas do ensino da Sociologia na Educação Básica, que tal nos debruçarmos na análise dos principais materiais didáticos disponíveis para uso nas escolas públicas do seu município? Sugiro que você faça um apanhado dos títulos usados nas escolas de Ensino Médio do seu município, a saber: qual o título do livro didático? Qual o autor? A obra é recomendada? Em quantas seções está organizada? Quais os conteúdos em destaque? Que considerações você tem a fazer sobre a edição gráfica do material? E o uso das imagens? O material é propositivo? Instiga a percepção sociológica dos alunos? Vamos compartilhar essas informações no Ambiente Virtual de Aprendizagem?

A SOCIOLOGIA E A EDUCAÇÃO

A sociologia é uma ciência que tem como proposta pensar sobre o homem e sua interação, produzir conhecimento para pensar o processo social e como este funciona. É uma disciplina que tem como objetivo refletir e investigar sobre a construção da sociedade.

O fato de a sociedade transformar-se o tempo todo, modificando-se sem parar e, ainda mais, o fato destas transformações terem se intensificado a partir das transformações políticas, sociais, econômicas e culturais do século XV, transformaram a sociologia numa filha propriamente dita da modernidade. A sociologia nasce, como ciência com a tentativa de explicar as mudanças marcadas pela Revolução Francesa, pela Revolução Industrial e pela formação dos Estados Nacionais, eventos que marcaram os séculos XVIII e XIX.

Para entender/explicar a sociedade, os sociólogos fazem uso de teorias, que são, na verdade, artifícios mentais, ferramentas analíticas úteis para “desvendar” e “interpretar” a realidade que nos cerca. Neste sentido, teorias servem aos sociólogos como paradigmas, perspectivas, um verdadeiro ponto de vista sob o qual o cientista social parte para analisar a realidade por ele objetivada.

Para que as teorias servem? As teorias nos ajudam e nos dão embasamento para pensar/interpretar/explicar a realidade e o mundo social, orientando nossas opções metodológicas e técnicas e atendendo aos problemas que as agendas de pesquisa contemporânea vão impondo cotidianamente à comunidade científica dos cientistas sociais (antropólogos, sociólogos e cientistas políticos).

A proposta desta Unidade é enfatizar a interação, a troca. A teoria não serve de nada sendo apenas teoria, dito de outra forma: a teoria prescinde da mediação com a observação empírica. É importante que você enquanto estudante de ciências sociais tenha sempre em mente que não existem teorias perfeitas, muito menos uma única teoria, muito pelo contrário. Teorias oferecem possibilidades de interpretação e explicação sempre parciais do real. Na verdade, tanto teorias

quanto o próprio mundo empírico estão em permanente construção e reconstrução.

Nesse sentido, se admitimos que tanto o mundo social, quanto a teoria social estão em permanente processo de construção e reconstrução (e que a sociologia foi recentemente -depois de uma longa batalha jurídico-política - mais uma vez incluída nos currículos da Educação Básica brasileira, pensemos: por quê a sociologia incomoda tanto? Que benesses o ensino da sociologia deve trazer à escola brasileira? Que importância tem o hoje a volta do ensino da sociologia no Brasil?

Para responder estas questões, será importante fazermos uma breve discussão sobre o processo de construção da sociologia como campo disciplinar autônomo. A partir disto, poderemos explorar como podemos entender a sociologia como uma ciência fundamental para se pensar a educação no Brasil e como conteúdo imprescindível para a formação cidadã, ontem e sempre.

Nas seções seguintes, comentaremos alguns autores essenciais durante o processo de formação da sociologia, a saber: Auguste Comte, Émile Durkheim, Karl Marx e Max Weber. Estes autores trazem alguns conceitos que nos são caros até hoje como: poder, status, mobilidade, interação, ação coletiva, entre outros. Todos indispensáveis para o entendimento e interpretação da interação humana, para a explicação dos fenômenos sociais e para o entendimento do próprio espaço escolar.

OS PRIMEIROS GRANDES SOCIÓLOGOS

Entende-se a educação como um caminho para propiciar o pleno desenvolvimento da personalidade, das aptidões e das potencialidades, tendo como fim último o exercício pleno da cidadania. A educação é mais do que a simples transmissão de conhecimentos e a aquisição de competências valorizadas pelo mercado. A educação envolve valores, forja caráter, oferece orientações, cria um horizonte compartilhado, introduz pessoas numa ordem moral, em suma, a escola é um laboratório social permanente e é importante que você,

enquanto futuro professor de sociologia, tenha sempre isso em mente na hora de preparar seus planos de aula e suas estratégias didáticas.

A leitura comentada dos autores abaixo deve servir apenas como um mote para você ler mais sobre os mesmos e buscar maiores fontes sobre estes pensadores. Cada um destes autores integra matizes de pensamento diferentes que foram ou ainda são fundacionais para a sociologia até hoje. Sendo assim, como futuro cientista social você verá e contrinuará vendo ao longo de sua carreira, muitas vezes, os nomes destes autores e será obrigado, muitas vezes, a fazer uso em sala de aula ou fora dela dos seus arsenais teóricos e analíticos. Nesse sentido, chamamos sua atenção, a fim de cumprir os objetivos da nossa disciplina, absorver destes autores aquilo que você julga necessário para examinar o campo que escolhemos aqui: a escola; e sua estrutura e funcionamento como instituição social, e analisar os processos sociológicos envolvidos na instituição educacional, ou seja, o contexto de sentidos e significados que permite que os sistemas educacionais funcionem como meio de transmissão e integração culturais.

AUGUSTE COMTE

Foi Auguste Comte (1798-1857) quem deu o primeiro passo e a quem é atribuído o uso, pela primeira vez, da palavra sociologia. É de Comte a preocupação de dotar a sociologia de um método, em alguns aspectos semelhantes aos métodos usados pelas ciências naturais, para que não restassem dúvidas sobre o fato de ser ela uma ciência – a “física social”, como ele a definia inicialmente. Acreditava ser necessário que fossem elaboradas as leis do desenvolvimento social, isto é, leis que deveriam ser seguidas para que a vida em sociedade fosse possível. Essa maneira de ver a sociedade (como alguma coisa passível de ser controlada por normas, regras e leis) e a sociologia (como a ciência que se encarregaria de fornecer os instrumentos para isso), se dá no contexto do positivismo. Comte priorizou a noção de consenso, que se apoiaria em ideias e crenças comuns, se não a todos, ao menos à maioria da sociedade, e na supremacia do todo sobre as partes.

ÉMILE DURKHEIM

Durkheim (1858-1917) analisou as estruturas e instituições sociais, as relações entre o indivíduo e a sociedade, e as novas relações de poder que se configuravam na Europa da sua época. Via a educação como um processo contínuo e como um caminho em direção à ordem e à estabilidade, conforme determinados valores éticos fossem passados (cite exemplos desses valores para facilitar o entendimento do aluno). Dizia também que a sociedade é mais do que a soma dos seus membros e que, portanto, deveriam ser analisadas suas interações e o sistema que daí se originaria. Enfatiza em sua obra que o comportamento dos grupos sociais não pode ser reduzido ao comportamento dos indivíduos que fazem parte desse grupo. Parte da noção de fato social, isto é, a maneira de pensar, agir e sentir de um grupo social. Durkheim concebe a sociedade como um conjunto de fatos sociais que só poderiam ser estudados se fossem tratados como “coisas”. Caracterizou o fato social como sendo comum a todos os membros da sociedade ou à sua maioria (princípio da generalidade); externo ao indivíduo, isto é, que existe independente da sua vontade (princípio da exterioridade); coercitivo, uma vez que acaba por pressionar os indivíduos para que sigam o comportamento esperado, estabelecido como sendo o padrão (princípio da coercitividade). Daí a possibilidade concreta que Durkheim percebeu de se poder tratar o fato social como “coisa”. Distingue dois tipos de sociedades, pautadas no que chamou de “solidariedade mecânica” e “solidariedade orgânica”, dependendo da intensidade dos laços que unem os indivíduos. Para ele *“(…) as sociedades antigas apresentavam a divisão do trabalho fundamentada na solidariedade mecânica. Nesta, cada indivíduo conseguia realizar um conjunto de atividades..., onde havia um pequeno número de habitantes e certa semelhança de funções..., permitindo a um indivíduo ou a outro executar tais ou quais tarefas devido à aproximação entre elas”* (VIEIRA, 1996, p. 53). A sociologia da educação para Durkheim seria um esforço no sentido de refletir sobre os processos da ação educativa no intento de conhecê-los, explicá-los e exprimir a sua natureza. Esse processo, de acordo com o autor, deve

ser acompanhado pela observação histórico-evolutiva e, tendo por base o conhecimento científico da sociedade e da educação, é possível encontrar caminhos para a tomada de decisões ou as reformas sociais.

KARL MARX

Karl Marx (1818-1883) vê a sociedade como um todo composto de várias partes, como a economia, a política e as ideias (a cultura). Mas para ele, a economia seria a base de toda a organização social e as explicações para os fenômenos sociais viriam do aprofundamento da análise econômica. Marx pensou de forma crítica sobre o Estado. De acordo com o autor, o Estado de alguma forma, legitimaria a apropriação por uma minoria dos meios de produção, com o objetivo de explorar a força de trabalho do proletariado, classe que para Marx seria a “classe revolucionária”. Mas, para tanto, a classe operária deveria conhecer a si mesma em termos teóricos, ao mesmo tempo em que desenvolveria uma prática social que seria reflexo dessas escolhas conscientes. Marx parte da premissa de que é em torno da produção que a sociedade se organiza, sendo o homem o sujeito de sua própria história, a partir do trabalho e das atividades criativas que desenvolve. É pelo trabalho, segundo Marx, que o homem se constrói e é em torno da produção que toda a sociedade se organiza e as condições de trabalho seriam determinantes. Entretanto, para que a transformação se realize, a partir da atuação do proletariado, é preciso que a prática seja orientada pela teoria, daí a importância da sociologia para Marx.

De acordo com Costa (2005, p. 125),

“(...) para Marx, a sociedade é constituída de relações de conflito e é de sua dinâmica que surge a mudança social. Fenômenos como luta, contradição, revolução e exploração são constituintes dos diversos momentos históricos e não disfunções sociais”.

A noção de classe social é fundamental na análise que Marx faz dos problemas oriundos, a seu ver, da nova

ordem instaurada pelo capitalismo, pautada, segundo ele, na exploração da força de trabalho (classe dominante: a burguesia, classe dominada: o proletariado). Para ele, a mudança social estaria relacionada com a luta de classes e os estudos sociológicos deveriam ter como objetivo a transformação social, que só aconteceria a partir da destruição do capitalismo e sua substituição pelo socialismo.

O materialismo dialético propõe exatamente que sempre se procure perceber que de um embate, de um conflito, sempre surge alguma coisa nova e diferente daquelas que o originaram. A maneira como as forças produtivas e as relações de trabalho estão organizadas é o que mostraria como a sociedade se estrutura, uma vez que as forças produtivas compõem o que ele chamou de condições materiais de existência, constituindo-se nas mais importantes formas de relações humanas.

Diante de tudo isso, não é difícil imaginar como Marc via o processo educativo. Não acreditava na ideia de que a educação poderia ser a atividade que seria capaz de promover por si mesma a transformação que a sociedade necessitaria, segundo seu ponto de vista, “(...) a atividade do educador era parte do sistema e, portanto, não podia encaminhar a superação efetiva do modo de produção entendido como um todo. O educador não deveria nunca ser visto como um sujeito capaz de se sobrepor à sua sociedade e capaz de encaminhar à revolução e a criação de um novo sistema. A atividade do educador tem seus limites, porém, é atividade humana, é práxis. É a intervenção subjetiva na dinâmica pela qual a sociedade existe se transformando. Contribui, portanto, em certa medida, para o fazer-se da história” (KONDER, 2002, p. 19-20).

MAX WEBER

Max Weber (1864-1920) irá analisar a sociedade de seu tempo, quando o capitalismo se consolida como modo de produção. Travará um diálogo profundo com a obra de Marx, de quem discordará em muitos pontos. Partia do princípio de que, para entender a sociedade, era preciso entender a ação

do homem, tentando compreender, explicar e interpretar o social em análises não valorativas, sempre considerando seu caráter dinâmico. Afasta-se de Marx ao explicar a sociedade a partir das relações estabelecidas pelos homens no capitalismo, e não apenas a partir da economia. Para ele, há vários grupos sociais em sociedades diferentes, com culturas diferentes e que devem ser consideradas, inclusive na ação educativa. Não nega a luta de classes, mas não enxerga aí todas as causas e/ou possibilidades de mudanças sociais.

Sua sociologia compreensiva tem como premissa básica que para entender a sociedade capitalista em seus sistemas sociais e intelectuais, seria necessário compreender a ação do homem em interação.

Pautado no recurso metodológico do “tipo ideal”, preocupava-se com o estudo da ação social e da interação, vista por ele como o processo básico de constituição do ser social, da cultura e da própria sociedade, sempre partindo de uma base teórico-metodológica consistente. É o pioneiro nos estudos empíricos na sociologia. Base da interação social, a comunicação é um aspecto fundamental do pensamento weberiano e exigiria a compreensão das partes envolvidas. Na medida em que há uma aceitação das semelhanças e diferenças entre os indivíduos, e certa padronização na forma de pensar e de agir a partir de valores e padrões que forem interiorizados, tem-se o equilíbrio social, objetivo maior a ser alcançado na vida social.

Assim, o importante para Weber é entender como e por meio de que tipo de relações sociais se mantém o modelo de sociedade e de que maneira os processos de dominação estruturariam a vida social. Considera que os valores cultivados pelo indivíduo dizem respeito ao seu lugar ideal na sociedade, à sua posição, e não apenas ao fato de ser ou não possuidor dos meios de produção.

Mas, talvez, a maior contribuição de Weber esteja no fato de que ele, por meio de suas análises da escola, trouxe para a sociologia da educação novos temas para serem discutidos, muitos deles ainda bastante atuais, especialmente aqueles ligados com a questão da dominação e reprodução social.

E mesmo não produzindo uma teoria sociológica da educação, em muito contribuiu para a percepção do papel

e da função da educação – os sistemas escolares e a ordem burocrática e as diferentes formas de acesso à educação; enfim, o processo educativo, sua estrutura, funcionamento e ideologia.

AS TEORIAS SOCIAIS E A EDUCAÇÃO

Para Antonio Gramsci (1891-1937), por exemplo, a cultura seria o espaço no qual se travaria a luta de classes e, portanto, seria por meio de uma revolução cultural que se poderia mudar a estrutura da sociedade. Destaca, então, o papel fundamental que a escola e os intelectuais exerceriam nesse processo, estratégias para que o sucesso pudesse ser alcançado. Essa escola, que chamou de única - e unitária do ponto de vista do conhecimento - seria frequentada tanto por operários quanto por intelectuais, todos recebendo uma formação profissional e a cultura clássica. Esse processo resultaria na formação do “intelectual orgânico”, comprometido com sua classe social e com um saber (erudito e técnico-profissional). Acreditava-se que somente dessa maneira não se teria mais a separação entre trabalho intelectual e trabalho material, possibilitando que esse intelectual fosse promotor da mobilização política que levaria à “revolução cultural” que, por sua vez, transformaria a sociedade.

Já Louis Althusser (1918-1990) identificava-se bastante com o marxismo, sendo, portanto, crítico do capitalismo e engajado com as questões do seu tempo e do seu país, especialmente o maio de 1968. Concorde, mas vai além de Marx ao discutir o conflito e fazer uma conexão entre a educação e o que chamou de “Aparelhos Ideológicos de Estado”: certos dispositivos que quando acionados tendem a manter as classes dominantes no poder. As instituições escolares seriam um desses aparelhos e funcionariam como aparelhos de reprodução e alienação, meios através dos quais o Estado exerceria o controle da sociedade - sem utilizar a violência e/ou a repressão, gerando e mantendo a reprodução social e submetendo o indivíduo à ideologia dessa classe dominante. A escola seria, então, o “aparelho ideológico” mais

expressivo, até em função do tempo em que permanecemos “expostos” à sua influência. Quando esse processo não atinge seu objetivo, isto é, controlar os indivíduos, “modelando-os” para a vida em sociedade, entraria a “ação”. Um dos aparelhos repressivos do Estado é a polícia, feita, entre outras coisas, para conter qualquer manifestação de descontentamento e/ou resistência ao sistema. .

A partir da leitura do texto acima, responda: Na sua disciplina ou na sua prática pedagógica, já notou ideia e/ou atitudes preconceituosas? Como você lida com essas situações? Pense nisso!



Exercício de Aprendizagem

Pesquisa e resposta as seguintes questões?

1. O que é Positivismo? Qual seu impacto nas Ciências Sociais?
2. O que é o Funcionalismo? Qual seu impacto nas Ciências Sociais?
3. O que é uma Teoria? (Pesquise sobre o significado do conceito de Tipo-ideal de Max Weber). Exemplifique.
4. Da ótica dos autores que apresentamos nesta seção, reflita e responda: como cada um destes autores interpreta o espaço escolar? O que diferencia suas “leituras” da escola?

As atividades apresentadas nesta Unidade I, tanto no livro-texto, quando no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) são de natureza formativa, nem por isso, menos importante para o seu desempenho acadêmico. Lembre-se que este momento de discussão e estudo é de extrema importância para seu sucesso ao longo do módulo, logo, não deixe de participar. Interaja com os tutores, com o professor e os demais colegas, vamos lapidar nossos conhecimentos juntos!

Lembre-se ainda que a participação permanente nestas atividades de mediação, bem como na realização das atividades reflexivas sugeridas pelo seu livro-texto são necessárias tanto para você, como recurso de aprendizagem e desenvolvimento acadêmico, quanto para nós como

parâmetro de mensuração do sucesso, ou não, do nosso plano de ensino. Neste sentido, estude, pesquise, explore o tema, assista aos vídeos sugeridos e traga suas dúvidas/ contribuições para a coletividade.

Esperamos sua presença lá!

Descrição breve da aplicação prática do conhecimento que será desenvolvido na disciplina na atuação profissional do aluno (entre 70 e 150 palavras)

Foi-se o tempo em que o professor deveria atuar em sala de aula como uma espécie de depositário de conhecimentos, bem como, foi-se também o tempo em que a sala de aula era o espaço para uma troca passiva de conhecimento entre um ator dito apto e outro, menos apto. Modernamente é aceito pela maioria dos educadores que o principal papel do professor, hoje, é auxiliar o desenvolvimento de habilidades, competências, conhecimentos e atitudes por parte dos alunos, pois cabe somente a esta tarefa de aprender. Nesta perspectiva, a função do professor é produzir um conjunto de situações que venham a possibilitar oportunidades para o desencadeamento de atividades (físicas ou mentais) onde os alunos poderão aprender. O aluno é quem deve memorizar, pensar, resolver problemas, aplicar conhecimentos em situações diversas, etc. O papel do professor é despertar o interesse dos alunos durante esse processo, guiando-os, orientando-os, corrigindo-os. Ao longo dessa disciplina, espera-se que você desenvolva a percepção dessa dimensão da sua futura carreira profissional, considerando que a opção pela docência é, acima de tudo, uma opção pela transformação de mentes e atitudes.

